PÁGINA 22
INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO
FGV GVces
NÚMERO 54
JULHO 2011
ISSN 1982-1670



Na esquina da política com a sustentabilidade, uma avenida a ocupar

TEM CRÍTICA.
E TEMO
DIÁLOGO DO

Julio Bierrenbach,
Cliente Santander.
Simplificar os envelopes de depósito do banco foi sugestão dele.

Miguel Lopes,
Funcionário Santander.
Um dos responsáveis por implantar a sugestão do Julio, que facilitou a vida dos clientes.

Seja por telefone ou 140 caracteres, no Santander suas críticas, dúvidas e sugestões sempre encontram respostas. É um diálogo que se transforma num trabalho em conjunto, que, no final, só melhora as coisas.

Central de Atendimento Santander: 4004-3535 / SAC: 0800-762-7777 / Ouvidoria: 0800-726-0322

Inspire-se nessas histórias.
Faça o download do leitor no phdmobi.com pelo celular, abra o aplicativo e fotografe este código.

facebook.com/santanderbrasil
Twitter: @santander_br
youtube.com/santanderbrasil

Santander

Valorizando Ideias por uma Vida Melhor

www.santander.com.br

[EDITORIAL]

Tanto bate **até que fura**

"Quem olha o copo e o vê meio cheio reconhece o sucesso do ativismo social e ambiental. Quem o vê meio vazio enxerga a necessidade de revisar o movimento e suas estratégias." Essas frases foram publicadas por PÁGINA22 em setembro de 2008, mas continuam válidas como nunca. Como naquele ano, a discussão sobre o Código Florestal serve nesta edição como "gancho" de reportagem que reedita a conclamação: é hora de o movimento, baqueado por algumas derrotas emblemáticas, reinventar-se. Ele não cabe mais em seu círculo de origem e precisa ganhar *status* político, na melhor acepção desta palavra. Que ganhe respaldo, representatividade, eficácia, transversalidade, concretude.

De 2008 para cá, insistimos na tecla. Em agosto de 2009, antes que estivessem definidos os nomes do páreo presidencial, mostramos a falta que fazia uma liderança capaz de articular o ativismo socioambiental, os cidadãos, o setor privado e o poder público em torno da construção de um novo modelo de desenvolvimento. E assim mudasse o jeito de fazer política, com a burocracia e a hierarquia de velhas estruturas dando lugar a movimentos em rede, orgânicos, dinâmicos, poderosos.







Em setembro de 2010, voltamos à carga, visualizando a emergência de uma democracia em rede (digital, inclusive) capaz de quebrar essas estruturas e renovar a política em forma e conteúdo. Na edição de 2008, havíamos usado a figura de linguagem da roupa que fica pequena demais para a criança que cresce. A crise da adolescência parece ter chegado. O movimento da sustentabilidade não cabe em si e pede reforços e articulação. Talvez sinal de que o copo tenha enchido até demais. Refém do próprio sucesso, essa água tende a transbordar e, quem sabe, bater até furar. Boa leitura!

PÁGINA 22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury

FGV GVces Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP

COORDENADOR Mario Monzoni

JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini
EDITORA Amália Safatle
SUBEDITORA Carolina Derivi
REPÓRTER Eli Ridolfi

EDIÇÃO DE ARTE Dora Dias (Vendo Editorial)
www.vendoeditorial.com.br
CONCEITO DO PROJETO GRÁFICO Rico Lins
ILUSTRAÇÕES Sírio Braz
EDITOR DE FOTOGRAFIA Antonio Brasiliano
REVISOR José Genulino Moura Ribeiro
COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO Ana Cristina d'Angelo, Carolina Reis, Christian Knepper, Fábio Rodrigues, Flavia Pardini, Flavio Gut, Gisele Neuls, Helô Reinert, José Alberto Gonçalves (*edição e textos Economia Verde*), José Eli da Veiga, Luís Mourão, Malu Villela, Tânia Rego, Thais Herrero, Regina Scharf

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Amália Safatle (MTb 22.790)

ANUNCIE

COMERCIAL E PUBLICIDADE
COORDENAÇÃO Jorge Saad
CONTATO Lívia Barros
(11) 3807-7084 / conexao@aiue.com.br

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Itararé, 123 - CEP 01308-030 - São Paulo - SP
(11) 3284-0754 / leitor@pagina22.com.br
www.fgv.br/ces/pagina22

CONSELHO EDITORIAL
Aerton Paiva, Ana Carla Fonseca Reis, Aron Belinky, Eduardo Rombauer, José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Pedro Roberto Jacobi, Ricardo Guimarães, Rico Lins, Roberto S. Waack

IMPRESSÃO Vox Editora Ltda.
DISTRIBUIÇÃO Door to Door Logística e Distribuição
TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.000 exemplares

Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por colaboradores expressam a visão de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista de **PÁGINA22** e do GVces.

FSC MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C044008

A REVISTA **PÁGINA 22** FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE REFLORESTAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC DE ACORDO COM RIGOROSOS PADRÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS

creative commons **PÁGINA 22**, NAS VERSÕES IMPRESSA E DIGITAL, ADERIU À LICENÇA **CREATIVE COMMONS**. ASSIM, É LIVRE A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO – EXCETO IMAGENS – DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.

[ÍNDICE]



18 ENTREVISTA
Uma conversa com Victor Paranhos, sobre Jirau, mostra que os meandros da política podem se repetir, mas o fator socioambiental impõe novíssimos desafios

26 POLÍTICA
Batalhas perdidas no socioambientalismo brasileiro indicam a necessidade de reforços e a articulação de um movimento que seja, acima de tudo, político

34 AMAZÔNIA
A região perde-se em uma lógica irracional de uso e ocupação do solo. Puxamos o fio do novelo para começar a desamarrar o nó e encontrar as saídas

40 DESENVOLVIMENTO
Vista de longe, Belo Monte é uma obra que quer acenar para o Brasil moderno. Mas basta se aproximar para reviver um roteiro que se repete há 50 anos

46 ONTEM E HOJE
Quando se trata da política de infraestrutura no Brasil, o velho parece novo, e vice-versa

Seções



06 Notas, Web e Cultura
12 Economia Verde
16 Estalo
17 Análise
33 Artigo
48 Coluna
50 Última

CAPA: Antonio Brasiliano

Caixa de **entrada** Comentários de leitores recebidos por email, redes sociais e no site da **PÁGINA22**

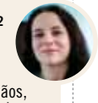
INBOX

[reportagem "Aprender a conversar" - edição 51] *Sou estudante de Direito e gostaria de elogiar esta iniciativa. Ao procurar subsídios para realização de um trabalho envolvendo democracia participativa, deparei-me com excelente dissertação.*
Alexandre Ferreira

[entrevista "Viagem em massa" - edição 53] *Beira o ridículo o posicionamento do entrevistado diante das excelentes colocações da entrevistadora. Inacreditável saber que o turismo do nosso país está sendo conduzido (?) dessa forma.* **Mariana G. Lyra**

É estarrecedor saber que este cidadão representa uma empresa expoente do nosso turismo. Não é a toa que o país está em posição baixa no turismo mundial. O entrevistado dá o tom da medida como o turismo nacional é tratado com descaso e "desinteligência".
José Gonçales Junior

OUTBOX Ficamos satisfeitos que a publicação da entrevista tenha chamado a atenção dos leitores para essa questão. Entrevistar pessoas não necessariamente alinhadas com o que entendemos por sustentabilidade acaba sendo muito enriquecedor ao debate que estamos construindo juntos.



LÁ EM CASA – QUEM FAZ PÁGINA22
Bel Brunharo, coordenadora de produção

Se a revista está em suas mãos, agradeça a esta moça. Bel Brunharo é a responsável por materializar ideias e sonhos de todos nós. Desde os primórdios da revista, é o braço direito e – competente – que faz girar a roda de anunciantes, colaboradores, gráfica, distribuição, administração financeira e tudo o mais o que pintar de última hora.

Quem trabalha com produção sabe disso: é o jogo de cintura que faz tudo acontecer. Dona do labrador **Bold**, mostra que o trabalho com publicações tem destaque na sua vida.

[NOTAS]

[BIODIVERSIDADE]

As invasoras, **de novo**

O debate sobre espécies invasoras ganhou mais um *round* com a publicação, no início de junho, de um comentário na revista *Nature* assinado por quase duas dúzias de biólogos. Os pesquisadores defendem que as espécies não sejam julgadas por sua origem, mas por sua função nos ecossistemas. Segundo eles, cientistas, gestores da terra e autoridades devem abandonar "a preocupação com a dicotomia entre espécies nativas e invasoras e abraçar uma abordagem mais dinâmica e pragmática para a conservação e a gestão das espécies". Tal abordagem, dizem, é mais condizente com a realidade à nossa volta – a de um planeta submetido a eutrofização por nitrogênio, mudanças do clima, aumento da urbanização, entre outras mudanças.

A "biologia da invasão" tornou-se uma disciplina nos anos 90, quando se criou a ideia de que espécies invasoras causam a extinção de nativas e poluem o ambiente "natural", lembram os autores. A qualidade de ser nativa, entretanto, não é um sinal de aptidão evolutiva ou de efeito positivo sobre um determinado ecossistema, escreveram. "Classificar a biota de acordo com sua aderência a padrões culturais de pertencimento, cidadania, honestidade e moralidade não faz a nossa compreensão da ecologia avançar." Eles citam exemplos de espécies "estrangeiras" que tiveram efeitos positivos nos seus novos ecossistemas e lembram que hoje convivemos com ecossistemas que nunca existiram antes. "É



GISELDA DURIGAN

impraticável tentar restaurar os ecossistemas de volta a algum estado histórico 'correto'", afirmam.

Os autores garantem que não defendem o abandono de esforços dos governos para mitigar danos causados por espécies introduzidas ou para evitar a entrada de espécies com efeitos potencialmente danosos, mas, sim, uma "organização de prioridades" em torno da função das espécies e não de sua origem. O debate continua quente e comentários na internet sobre o artigo na *Nature* comparam seus autores aos defensores do Criacionismo. **– POR FLAVIA PARDINI**

[CLIMA I]

COBRANÇAS E INCOERÊNCIAS

Há menos de um ano e meio do fim do primeiro período de compromissos de Kyoto, dois relatórios mostram novamente que os países ricos cobram muito das nações em desenvolvimento, mas pecam na coerência de suas ações. De acordo com um trabalho do Instituto de Recursos Mundiais (WRI), publicado no fim de maio, parte substancial do montante de US$ 30 bilhões prometido pelos países ricos para financiar ações de mitigação e adaptação em nações pobres de 2010 a 2012 não será dinheiro novo nem adicional, conforme compromisso anunciado em dezembro de 2009 em Copenhague.

Além da inclusão no "dinheiro novo" de recursos já anunciados antes de Copenhague – como nos casos dos EUA, do Reino Unido e do Japão –, o WRI afirma que tem sido muito difícil monitorar o cumprimento da promessa: "(...) as informações não são totalmente comparáveis, transparentes, nem completas..." (acesse o estudo em bit.ly/kFiL5H). **– POR JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA**

[CLIMA II]

5 GRAUS A MAIS?

Tem ares surreais a conclusão do outro estudo, publicado em junho pelo Instituto de Meio Ambiente de Estocolmo (sei-international.org/publications), na Suécia. Depois de examinar quatro trabalhos recentes que comparam compromissos de mitigação dos gases-estufa entre países ricos e em desenvolvimento assumidos nos *Acordos de Cancún* (dezembro de 2010), o instituto infere que os cortes nas emissões dos primeiros seriam menos volumosos que nas dos segundos.

Mais aterrorizadora, ainda, é a avaliação de que os cortes prometidos não serão suficientes para evitar aumento na temperatura média da Terra acima de 2 graus. Poderá mesmo subir em até 5 graus. Os suecos observam que suas conclusões não significam que os compromissos dos países em desenvolvimento são excessivos. Acreditam que, além da necessidade de melhora substancial nas metas dos países ricos, é possível ampliar a redução nas emissões dos países em desenvolvimento com apoio financeiro e tecnológico das nações mais prósperas, de modo que o aumento na temperatura fique entre 1,5 grau e 2 graus.

Entre tantas discrepâncias, as conclusões dos documentos do WRI e do instituto sueco são coerentes com o ceticismo que marcou a nova rodada de negociações da Convenção do Clima ocorrida em junho em Bonn, na Alemanha. Houve, sim, evoluções tópicas, como no tema da transferência de tecnologia, mas não se avançou nos eixos centrais das negociações climáticas: o futuro de Kyoto após 2012, os compromissos de cortes nas emissões no período 2013-2020 e o financiamento das ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas das nações em desenvolvimento. **(JAGP)**

[ALIMENTOS I]

G20 IGNORA DOCUMENTO DA FAO

O plano de ação para frear a volatilidade nos preços agrícolas aprovado na reunião dos ministros da Agricultura do G20 ignorou recomendação da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) para que os subsídios à produção de biocombustíveis sejam eliminados. Anunciado ao final do encontro, no dia 23 de junho em Paris, o plano será submetido aos líderes do G20, que se reunirão em Cannes, na França, em novembro. Por tomar parte das lavouras para a produção de biocombustíveis, subsídios e políticas que tornam compulsório o uso de etanol e biodiesel nos combustíveis têm sido apontados como um dos principais fatores da alta nos preços dos alimentos, que neste semestre alcançou patamar similar ao da crise deste setor em 2007 e 2008.

A recomendação contrária aos subsídios foi incluída no relatório V*olatilidade dos preços nos mercados de alimentos e agrícolas: respostas das políticas*, publicado no início de junho pela FAO, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e outras sete agências multilaterais sob encomenda do próprio G20 (acesse em bit.ly/ilwssJ).

Segundo o documento, uma opção eficiente para diminuir a volatilidade dos preços é remover políticas que geram conflito entre o uso de lavouras para biocombustíveis e para alimentos. Mas, reconhece o relatório, governos relutam em tomar essas medidas porque acreditam nos benefícios ambientais e energéticos de suas políticas de apoio ao etanol e ao biodiesel. A serem mantidos os incentivos, em 2020 os biocombustíveis estarão consumindo cerca de 13% da produção global de grãos, 15% da de óleos vegetais e 30% da safra de cana-de-açúcar, de acordo com estimativa de outro relatório também publicado em junho, *Perspectivas da agricultura OCDE-FAO 2011-2020* (veja em bit.ly/mfGLcI). **(JAGP)**

[ALIMENTOS II]

NOVA CRISE À VISTA

O panorama alimentar desta década é desanimador, a se levar em conta os dois documentos divulgados pela FAO. No relatório conjunto com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a previsão é de que, em termos reais, os preços do milho e do frango subam até 20% e 30%, respectivamente, entre 2011 e 2020, em comparação às cotações da década prévia. Além do uso das lavouras na produção de biocombustíveis, outras causas são as perdas devido a problemas climáticos, o aumento no preço do petróleo e a oferta insuficiente ante o crescimento robusto na demanda alimentar dos países em desenvolvimento.

A mudança climática continuará pressionando preços ao provocar perdas na produção agrícola global, mostra estudo das universidades de Columbia e Stanford publicado na *Science*. As colheitas de milho e trigo foram, respectivamente, 3,8% e 5,5% menores no período de 1980 a 2008 do que teriam sido não fossem problemas que excederam a variabilidade anual histórica do clima (confira em bit.ly/iT4b3e). **(JAGP)**

[TECNOLOGIA]

Hackers para o **bem**

Enquanto os jornais mostram os efeitos que hackers podem ter quando se dedicam a invadir servidores de grandes companhias como a Sony ou de organizações como a Central Intelligence Agency (CIA), um grupo de instituições criou o programa Random Hacks of Kindness (RHoK) para arregimentar o potencial desses peritos em informática para o bem comum. Em sua terceira versão anual, o RHoK ocorreu no início de junho em 19 localidades ao redor do globo, inclusive em São Paulo (rhok.org/event/sao-paulo).

O programa foi lançado por Google, Microsoft, Yahoo!, Nasa e Banco Mundial com a ideia de que a tecnologia pode e deve ser usada para o bem. Em cada evento do RHoK, a comunidade de desenvolvedores de software tem a chance de se reunir para criar tecnologia e soluções open source para desafios que a humanidade enfrenta atualmente.

Desde o início do programa, voluntários trabalharam em aplicações como a "I'm OK", um serviço de mensagens SMS para que as pessoas informem suas famílias sobre o seu bem-estar, usado durante os terremotos no Chile e no Haiti. Outra aplicação que saiu do RHoK está sendo testada pelo Banco Mundial para visualizar o risco de deslizamento de terra em regiões do Caribe. **(FP)**



FALA, LEITOR

HISTÓRIAS E IDEIAS DE QUEM LÊ PÁGINA22

Reduzir o impacto ambiental de eventos e mostrar que ações benfeitas podem até baixar o custo dos empreendimentos: Fernando Beltrame passa boa parte do seu tempo envolvido com estas questões, seu ganha-pão e sua paixão desde 2008, quando criou a Evento Neutro, missão explícita no próprio nome.

Beltrame acredita que tem crescido a disposição para aderir a ações ambientais, mas ainda muito restrita ao universo das grandes empresas. Para ele, pulverizar as iniciativas é o grande desafio dos próximos anos, principalmente no segmento do varejo que acaba atingindo um número maior de pessoas. "Alguns ainda veem a neutralização como marketing. Então nosso papel também é combater o *greenwashing*. Em 2010, a procura por esse trabalho triplicou em relação ao ano anterior, o que já é um bom sinal", diz.

Nesse pacote, mesmo que o cliente já realize alguma prática na área ambiental, convém mostrar que não adianta neutralizar emissões se não tiver coleta seletiva ou se o evento gerar muito resíduo.

A boa notícia é que, ao passo que a neutralização de eventos se torna mais conhecida e praticada, seu custo também fica mais acessível. Beltrame avalia que, hoje, zerar emissões de um evento fique em torno de 2% do custo total.

Formando em Engenharia de Alimentos pela Unicamp e com MBA em Gestão Administrativa pela FGV, Fernando Beltrame começou a carreira na indústria logística, mas "namora" a sustentabilidade há tempos. Hoje ele quer "falar" com um número cada vez maior de pessoas sobre a neutralização.

"Queremos fazer produtos para o grande público. As empresas começam a investir nisso quando os clientes começam a ver valor, reconhecer a importância. Até para o patrocinador do evento queremos criar uma cota verde, para que ele também participe da neutralização."

POR ANA CRISTINA D'ANGELO

Se você deseja participar desta seção, escreva para LEITOR@pagina22.com.br e conte um pouco sobre você e seus projetos. Para se comunicar com Fernando Beltrame, escreva para fernando@eccaplan.com.br

[NOTAS]

[CARRO ELÉTRICO]

VAI OU NÃO VAI?

Cerca de 300 pessoas estiveram reunidas no fim de junho para debater os potenciais e desafios envolvidos na introdução e uso de veículos elétricos no Brasil. O Seminário Brasileiro sobre Tecnologias para Veículos Elétricos foi organizado pela Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE) e pelo Instituto Besc de Humanidades e Economia, em Brasília.

Reduzir nossa dependência em relação aos combustíveis fósseis – e, de quebra, cortar emissões dos gases responsáveis pelo aquecimento global – exige o desenvolvimento de novas alternativas que trazem os seus próprios desafios tecnológicos, industriais, comerciais e políticos. Nesse contexto, os carros elétricos não são exceção.

O objetivo do encontro foi estabelecer bases para acelerar a implantação dessa nova opção em território nacional. Segundo o diretor-presidente da ABVE, Pietro Erber, os veículos híbridos que aumentam a eficiência dos atuais veículos de combustão interna em 30% serão os primeiros a chegar às ruas.

Apesar do uso dos carros elétricos ainda estar muito ligada à questão tecnológica – o desenvolvimento de baterias mais eficientes e baratas tem sido uma preocupação constante –, um dos debates mais esperados foi o que discutiu políticas públicas para esses veículos e contou com a presença do secretário-executivo do Ministério da Fazenda Nelson Henrique Barbosa Filho. "Os veículos elétricos são uma tendência de desenvolvimento tecnológico e representam uma grande oportunidade para o Brasil", afirmou. **– POR FÁBIO RODRIGUES**

[CHILE I]

HERMANOS TAMBÉM NA CORRIDA ENERGÉTICA

A largada foi dada. Em resposta à crise de oferta de energia no Chile, os órgãos responsáveis pelo setor no país assumiram o desafio de elevar a participação das fontes renováveis de 3% para o patamar de 20%. Hoje, o Chile enfrenta dois problemas: a necessidade de importar quase todos os insumos energéticos e ainda depender de fontes poluentes.

Ao mesmo tempo, crescem as críticas à construção da hidrelétrica HidroAysén. Aprovada pelo presidente Sebastián Piñera, a usina deve gerar 2.750 megawatts, mas, por ser projetada na Patagônia, foi rechaçada por parte importante da população chilena e atacada até mesmo em um editorial do *New York Times*.

Com isso, especialistas dizem que é mais realista trabalhar com a meta de 10% para as renováveis. O Ministerio de Energía formou uma comissão para avaliar todas as possibilidades para o desenvolvimento elétrico do país, que tem uma matriz instalada de 15.460 MW. Mais da metade dela utiliza carvão, petróleo e gás natural.

Enquanto isso, cinco dos Consórcios Tecnológicos Empresariais de Investigação em Biocombustíveis – formados por empresas e universidades – receberam financiamento público para avançar no desenvolvimento e implementação de tecnologias. Os projetos já começaram a andar. **– POR HELÔ REINERT, DE SANTIAGO DO CHILE**

[CHILE II]

SOLUÇÃO AQUÁTICA

Três projetos, orientados para o desenvolvimento de tecnologia para o cultivo de microalgas para produção de biocombustíveis, deram a largada em janeiro e têm até 2016 para apresentar resultados. O primeiro já conta com um laboratório para o cultivo das cepas que serão posteriormente levadas a uma planta-piloto. O segundo prevê a construção de uma biorrefinaria dentro de uma central termoelétrica existente. As microalgas serão cultivadas em piscinas internas que se alimentarão do CO_2 produzido no processo de geração de energia. Por último, estuda-se a utilização de microalgas de uma espécie nativa que serão cultivadas em Chiloé, ao Sul do Chile. **(HR)**

ACESSE, NA VERSÃO DIGITAL DESTA NOTA EM FGV.BR/CES/PAGINA22, INFORMAÇÕES SOBRE PRODUÇÃO DE ETANOL DE SEGUNDA GERAÇÃO

[CHILE III]

Presente do deserto

O deserto do Chile tem sido fonte de inspiração para o desenvolvimento de diferentes projetos de energia. Até o final do ano, será aberta uma licitação para a produção de energia fotovoltaica na cidade de San Pedro de Atacama. A região reúne condições melhores para a produção desse tipo de fonte que Espanha e Alemanha, os países que mais se valem dela. Atualmente, a cidade é iluminada com geradores alimentados predominantemente com diesel, mas isso não será mais assim. Em breve, o sol do deserto gerará boa parte da demanda. Trata-se de um projeto para 500 KW.

As probabilidades de crescerem as apostas nesse tipo de energia aumentam no Chile. Considera-se que as condições estão, de certa forma, dadas. A crise na economia espanhola provocou a queda no preço da tecnologia solar, enquanto o do diesel voltou a subir, e já chegaram ao Chile grandes fornecedores como Farosa, Abengoa e Acciona para prospectar mercado. Também na região norte, a Codelco, considerada a primeira produtora de cobre do mundo, finaliza a construção da primeira planta industrial solar da América do Sul. A potência instalada é de 1 MW. A produção está prevista para começar até o fim de 2011. **(HR)**



DIVULGAÇÃO

Conferência Ethos
Empresas e Responsabilidade Social
2011 São Paulo Brasil

PROTAGONISTAS DE UMA NOVA ECONOMIA
Rumo à Rio+20

Protagonismo, convergência e transição para uma economia includente, verde e responsável.

[Vagas limitadas. Participe.]

De 7 a 9 de agosto,
no Centro Fecomercio de Eventos
Inscreva-se: www.ethos.org.br/ce2011
Informações: (11) 3897-2400

Realização
INSTITUTO ETHOS
DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL

POR CAROLINA DERIVI E ELI RIDOLFI

PRATA DA CASA

Adeus, cidade do automóvel

"Acredite se quiser: o mundo desenvolvido atingiu o pico no uso do carro em 2004", revela Flavia Pardini, jornalista fundadora de PÁGINA22, que, ao lado da também jornalista Regina Scharf, comanda o blog *De Lá Pra Cá* no nosso website (fgv.br/ces/pagina22).

No texto "O começo do fim da cidade do automóvel", Flavia faz um apanhado de estudos internacionais que indicam o declínio do uso do carro em cidades nos Estados Unidos, na Austrália, no Canadá, na Europa e no Japão. Trata-se de uma inversão das expectativas que fundamentaram projeções de consumo de energia nesses países desde os anos 1970.

Segundo os urbanistas Peter Newman e Jeff Kenworthy, por exemplo, a elevação no preço dos combustíveis e a expansão da oferta de outros modos de transporte têm conseguido mudar comportamentos mesmo nos locais onde a cultura do automóvel é fortemente estabelecida.



RODRIGO_SOLDON

Mas talvez todas essas explicações tenham uma raiz comum, o que especialistas chamam de "tempo médio de viagem inaceitável" com o uso do carro. Dá o que pensar... Será que a população das grandes cidades brasileiras também descobrirá eventualmente o limite do aceitável?

A proposta do blog *De Lá Pra Cá* é reunir ideias e tendências internacionais para inspirar soluções brasileiríssimas. Flavia vive em Perth, na Austrália, e publica seus textos às sextas-feiras. Regina, de Santa Fe, nos Estados Unidos, escreve às terças.

VALE O CLICK

#SPANISHREVOLUTION

Vale assistir ao vídeo com imagens exclusivas do Movimento 15M, na Espanha, em protesto contra a situação política e econômica do país. A partir das redes sociais, milhares de espanhóis se reuniram nas praças de suas cidades reivindicando mudanças imediatas. A seguir, confira imagens do que foi e – principalmente – do que não foi mostrado pela mídia sobre a manifestação e suas repercussões, num vídeo elaborado de forma colaborativa. vimeo.com/24395865



VIMEO.COM/24395865

LIVRO: *OUR CHOICE*

O novo livro de Al Gore – *Our Choice*, sequência do icônico *Uma Verdade Inconveniente* – é também a última palavra em livros digitais. A versão para tablets e iPhone traz recursos inéditos de interatividade, como a possibilidade de soprar a tela para mover uma usina eólica. A publicação custa US$ 5 na loja do iTunes. Veja uma demonstração em ted.com/talks/mike_matas.

ECONOMIA VERDE

O relatório *Rumo a uma Economia Verde: Caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza*, elaborado pelo Pnuma, vem sendo considerado, entre especialistas, como o melhor apanhado sobre economia verde já feito. Está disponível na íntegra em unep.org/greeneconomy

MUNDO Afora

G8 *vs.* INTERNET

Organizações que apoiam a liberdade de expressão na web estão promovendo no site G8 vs Internet um protesto on-line contra as restrições que os países do G8 pretendem implementar para regular o uso e o acesso à rede.

As manifestações ganharam corpo depois das declarações do presidente da França, Nicolas Sarkozy, que defendeu a instituição de uma "internet civilizada", em cúpula que discutiu liberdade de expressão na web.

O G8 vs Internet reúne, em várias línguas, textos, vídeos e ilustrações com mensagens que condenam qualquer forma de regulação da rede. "Precisamos usar nossa criatividade para rejeitar toda e qualquer tentativa de transformar a internet em uma ferramenta de repressão e controle", assinalam os autores.

Todas as obras podem ser livremente compartilhadas e modificadas. Quem quiser pode enviar a sua para submit@g8internet.com. Acesse os trabalhos já publicados em g8internet.com.

A CONSTITUIÇÃO E O *CROWDSOURCING*

Depois da crise que deixou a economia islandesa próxima do colapso, o país começa a se reerguer com uma medida que vai muito além do salvamento aos bancos. A Islândia está elaborando sua nova Constituição, por meio de *crowdsourcing*, método que se baseia na colaboração de multidões via mídias sociais (*mais à página 16*).

A Carta Magna atual, de 1944, era praticamente uma cópia da Lei dinamarquesa, numa época em que a Islândia acabara de conquistar sua independência. Agora, os cidadãos podem oferecer contribuições e comentar rascunhos no site do Conselho Constitucional (stjornlagarad.is) e também na página do Facebook. O conselho ainda tem contas no Twitter, no YouTube e no Flickr. As reuniões presenciais são abertas ao público e transmitidas ao vivo pela internet.

POR ANA CRISTINA D'ANGELO (ANA@PAGINA22.COM.BR)

A classe média vai à rua | "Manifestinha" ou o "novo esporte urbano"

Organizações sociais, partidos de esquerda, sindicatos, indígenas, peronistas, veteranos da Guerra das Malvinas, *punks* e cidadãos como eu e você se concentram a cada tarde do dia 24 de março na Praça de Maio, em Buenos Aires, em ato repetido desde 1983, para lembrar o início da última ditadura militar na Argentina, em 1976. Não se trata de um simples panelaço, a que os vizinhos *hermanos* são bem chegados. Mas uma megamanifestação de protesto, resgate de memória, e además serve de aviso ruidoso do tipo "estamos de olho a tudo que se passa aqui".

Nós, os vizinhos de cá, já fizemos bonito no passado – a Passeata dos Cem Mil, em 1968, na época da ditadura, as Diretas Já pelo voto direto para a Presidência da República nos anos 80 e, na década de 90, os caras-pintadas contra Fernando Collor de Mello. Mas nunca fomos exatamente um exemplo de "cara na rua". A fama sempre foi mais de que o humor e a piada pronta substituem qualquer atitude de protesto da sociedade civil.

Qual não é a surpresa quando vemos a classe média fazer da Avenida Paulista – e de outras avenidas de capitais brasileiras – um palco para seus protestos mais específicos ou poéticos, como pedir liberdade de expressão ou mostrar a indignação contra a licença de instalação concedida para a Usina de Belo Monte, o mamaço pelo direito da mulher a amamentar em locais públicos, a passeata pela descriminalização da maconha e até mesmo uma simpática marcha das vadias com intenção de tirar a culpa da mulher nos casos de abusos sexuais.



ANTONIO BRASILIANO

E a Paulista tem bombado. A diferença das "manifestinhas" ou o "novo esporte urbano" em relação aos movimentos de décadas passadas é que tudo é tramado via Facebook e Twitter. E as pessoas parecem estar se divertindo – tirando aqueles episódios infelizes em que a polícia usa a força e perde a cabeça. Umas das mais hilariantes, vale recapitular, foi o Churrascão da Gente Diferenciada, em Higienópolis, que reuniu milhares em protesto contra o recuo do governo do Estado em construir uma estação de metrô no bairro, mas principalmente em repúdio ao preconceito de alguns moradores com o público que frequenta as estações de metrô e adjacências, "os diferenciados".

Se virou moda, se é passageiro ou duradouro, é esperar pra ver. O bacana é constatar que as pessoas começaram a se ligar de que têm seu poder de cidadão e estão antenadas para qualquer restrição ao livre-circular-e-pensar, seja nas redes cibernéticas, seja, principalmente, na rua, que é de todo mundo.

Arte urbana carioca em Sampa

O coletivo carioca Fleshbeckcrew apresenta na Spray Galeria (spraygaleria.com.br) a exposição *Tudo de Novo*, com 25 posters, fotos, telas, objetos e uma intervenção nas paredes da galeria. Composto pelos artistas gráficos Bruno Bogossian (BR), Tomaz Viana (Toz), Rogério Fonseca (Krrank), Márcio Ribeiro (Piá), Marcio SWK e Leonardo Uzai (Nhôzi), o Fleshbeckcrew é o principal e mais conhecido coletivo de arte urbana da capital fluminense. Suas tipologias, paisagens e personagens são inconfundíveis, ícones da arte de rua carioca. A Spray Galeria foi aberta este ano, reflexo de uma ideia do artista Rui Amaral e do colecionador José de Souza Queiroz para ampliar a visibilidade da obra de artistas procedentes da arte urbana no Brasil. Grátis.

O Xingu dos Villas-Boas

Os 50 anos de criação do Parque Nacional do Xingu e uma baita homenagem aos irmãos Villas-Boas são tema da exposição *Irmãos – O Xingu dos Villas-Boas*, em cartaz no Sesc Pompeia, em São Paulo.

O visitante percorrerá quatro áreas expositivas ao entrar no universo passional, pragmático, intelectual e poético dos cinco aventureiros. "Os irmãos", primeiro espaço expositivo, dedicado aos Villas-Boas e a Noel Nutels, simboliza a força e a união fraterna entre eles. "A aventura" mostra o aspecto desbravador, a coragem de enfrentar um território desconhecido, o cotidiano de acampamento e os desafios encontrados no meio do caminho. "O território" compõe as 16 etnias que ocupam o parque, que é representado de maneira lúdica e interativa. Cada etnia é retratada como uma estação em que características, crenças e costumes são revelados de diversas maneiras e em diferentes suportes, como o interior de uma canoa e o cockpit de um avião monomotor. "A política", último espaço da exposição, aborda a política indigenista defendida pelos irmãos Villas-Boas.

SERVIÇO: *De 13 de julho abril a 07 de setembro. Área de Convivência do Sesc Pompeia. Grátis.*

[ECONOMIA VERDE]

Fora do clube | O Brasil não detém nem 1% das patentes de energia limpa nos Estados Unidos

JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA

Enquanto o fantasma do agravamento da recessão na Europa assombra o mundo, um dado da vitalidade da economia de baixo carbono tem passado despercebido da opinião pública. No ano passado, o Escritório Americano de Patentes, principal referência mundial no assunto, concedeu 1.881 patentes para tecnologias relacionadas a veículos elétricos, células a combustível e aplicações energéticas de biomasa e fontes eólica, geotérmica, solar e hídrica (hidrelétricas, ondas marítimas e marés). O número, 170% superior ao de 2009, foi divulgado em março no relatório *Índice de Crescimento de Patentes de Energias Limpas* (www.cepgi.com), publicado trimestralmente por Heslin Rothenberg Farley & Mesiti P.C., o maior escritório de advocacia do Vale Tecnológico do Estado de Nova York, nos Estados Unidos.

Chama atenção a concentração das patentes concedidas a um seleto grupo de nove países de 2002 a 2010. Mais de 90% originam-se de empresas dos EUA (49%), Japão (27%), Alemanha (8%), Coreia do Sul (4%), Canadá (2%), Taiwan (2%), Dinamarca (1%), França (1%) e Grã-Bretanha (1%). O Brasil não aparece nem com 1% das patentes de energias limpas nos Estados Unidos, o que denota o lugar ainda marginal do País em uma dimensão estratégica da economia, que é o da inovação tecnológica voltada para a sustentabilidade.

Para incentivar tecnologias ambientais inovadoras e competitivas no mercado global, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) iniciou em março estudos visando diminuir substancialmente o prazo de análise de patentes de tecnologias associadas aos temas mudanças climáticas e energias renováveis. Um projeto-piloto, que consistirá basicamente de uma fila exclusiva para a análise dessas patentes, será realizado a partir de junho de 2012, caso o Inpi receba sinal verde do governo federal.

Assim, o prazo de análise de patentes de energias limpas encurtará bastante em relação aos oito anos atuais, possivelmente para menos de quatro anos, prevê Júlio César Moreira, diretor de patentes do Inpi. Desde que ampliou de 112 para 270 seu quadro de examinadores em 2006, o Inpi diminuiu em quatro anos o tempo geral de análise. "Só não aceleramos mais porque são necessários três anos para capacitar um recém-contratado."

Na área de biocombustíveis, o crescimento significativo no número de pedidos de patentes no Inpi na última década comprova que as inovações no setor encontram-se em pleno florescimento em universidades e empresas. De 2001 a 2010, as publicações anuais de pedidos de patentes de tecnologias relacionadas ao biodiesel por empresas brasileiras passaram de 10 para mais de 30 nos dois últimos anos e as de etanol saltaram de 4 para 22 em 2010. Porém, esbarram no gargalo da análise, uma vez que não recebem tratamento diferenciado, como ocorre em alguns países desenvolvidos.

Até o momento, porém, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) parece distante dos estudos do Inpi. A reportagem procurou o MCT e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) para saber se os dois órgãos executam, ou planejam promover, programas de incentivo ao patenteamento de energias renováveis. "A Finep não lida com questões referentes a patentes e não possui área específica voltada para tecnologias de energia limpa", informou a instituição, por meio de sua assessoria de imprensa. Apesar da inexistência de iniciativa específica em tecnologias ambientais, a Finep já investiu R$ 126 milhões em 80 projetos de biocombustíveis.

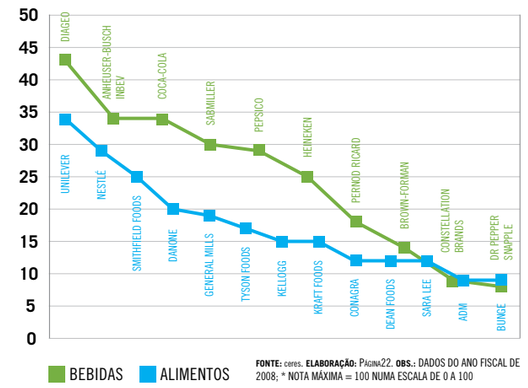
O BNDES apoia tecnologias de energias limpas em diferentes programas e fundos dedicados à inovação, como o Fundo Tecnológico (Funtec), cuja carteira contempla cinco projetos de energia renovável e seis relativos a meio ambiente, no valor de R$ 72 milhões. O banco financia, por exemplo, o desenvolvimento de silício adequado a painéis solares fotovoltaicos. Em junho, o BNDES anunciou chamada pública para a constituição do Fundo de Inovação em Meio Ambiente, que terá aporte inicial de R$ 150 milhões para investimentos em tecnologias limpas. É o próprio diretor de patentes do Inpi quem adverte para a necessidade de o país investir na área de inovação e propriedade intelectual em tecnologias ambientais. "Hoje periférica na área de patentes em tecnologias limpas, a China logo será uma potência também nessa área. Só na China, há 800 mil depósitos de patentes de tecnologias em geral. Os chineses gradualmente estão se enquadrando nas regras internacionais da propriedade intelectual." E farão isso para ingressar no seleto clube do qual o Brasil continuará bem distante se não fizer o seu dever de casa. (*Colaborou* ***GISELE NEULS***)



Águas turvas | Empresas reportam mal seu impacto hídrico

GISELE NEULS

MEDIDA* DE TRANSPARÊNCIA NA PEGADA HÍDRICA DAS MAIORES EMPRESAS DE ALIMENTOS E BEBIDAS



FONTE: ceres. **ELABORAÇÃO:** Página22. **OBS.:** DADOS DO ANO FISCAL DE 2008; * NOTA MÁXIMA = 100 NUMA ESCALA DE 0 A 100

Água é recurso básico para a produção industrial e agrícola. Apesar desse papel essencial, as empresas não divulgam suas pegadas hídricas de forma clara. A organização americana Ceres, que reúne investidores, ambientalistas e empresas, elaborou um método de avaliação da comunicação corporativa relacionada à água e encontrou um cenário turvo.

O método estabelece pontuação de 0 a 100 em cinco categorias: contabilidade, avaliação de risco, operações diretas, cadeia de suprimentos e engajamento de *stakeholders* – governos, comunidades afetadas e empresas que compartilham os mesmos recursos hídricos.

Com base nisso, a Ceres analisou relatórios corporativos globais das cem maiores companhias de capital aberto dos setores de petróleo e gás, químico, energia elétrica, bebidas, alimentos, construção civil, mineração e semicondutores. Encontrou documentos com linguagem vaga, poucos dados sobre cadeias de suprimentos e operações em regiões de estresse hídrico e poucas tentativas de quantificar ou monetizar riscos.

A melhor nota foi atribuída à companhia de bebidas britânica Diageo (43 pontos); a pior, só 1 ponto, foi a da fabricante de semicondutores Micron, dos Estados Unidos. O estudo *Murky Waters?* está disponível em ceres.org.

ERRATA: Marcelo Battisti, entrevistado na edição passada desta seção, presidiu o comitê diretivo dos Princípios do Equador entre setembro de 2008 e março de 2010, e não entre 2006 e 2008, conforme publicado.

Limpeza nas tintas

Sem lei para controlar compostos voláteis no Brasil, fabricantes dizem seguir lei europeia, mas não esclarecem como **JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA**



Milhões de pintores e pessoas que trabalham ou vivem em imóveis recém-pintados nunca ouviram falar dos compostos orgânicos voláteis (COVs). Nem imaginam que podem causar desde irritação nos olhos e na garganta e dor de cabeça até câncer e danos ao fígado, aos rins e ao sistema nervoso central. Tais sintomas, descritos pela Agência de Proteção Ambiental (EPA), dos Estados Unidos, levaram a União Europeia (UE) a aprovar em 1999 uma diretiva que impôs limites mais estritos à presença de COVs em substâncias químicas como solventes orgânicos utilizados em tintas e vernizes. Os compostos também são encontrados em laquês, removedores de tinta, cera, agrotóxicos, copiadoras, impressoras, colas, adesivos, materiais fotográficos, produtos de limpeza, cosméticos e combustíveis. Segundo a EPA, esses produtos podem liberar COVs enquanto em uso ou mesmo armazenados (www.epa.gov/iaq/voc.html).

No Brasil, não há lei para restringir os compostos, que são autorregulados pela própria indústria de tintas desde janeiro de 2008, quando passou a vigorar uma decisão da Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas (Abrafati) que obriga empresas associadas a diminuí-los para o patamar máximo estabelecido na legislação da UE. Não há, entretanto, dados públicos da Abrafati ou das empresas sobre a implementação da medida.

Apesar disso, é inegável que a indústria promove grande esforço desde a década passada para diminuir a emissão de COVs, seja pela substituição de solventes por água, diminuindo odor e permitindo secagem mais rápida, seja pelo uso de solventes mais amenos ou de tecnologias como tinta em pó ou cura por ultravioleta (secagem da tinta pela radiação solar). A pesquisadora Kai Uemoto, da Escola Politécnica, da USP, alerta, porém, que baixa emissão de COVs por si só não significa que seja inofensiva. "Se tiver benzeno, pode ser até pior à saúde que uma tinta com teor superior de COVs". É necessário analisar a periculosidade de cada um dos compostos emitidos, mesmo nas tintas à base de água, ensina Kai Uemoto.

Avanços e omissões das duas principais marcas do segmento de tintas imobiliárias no país (que representa quase 80% do volume total comercializado) espelham com propriedade o que acontece no setor como um todo. A alemã Basf, líder em vendas, afirma que segue a legislação europeia quanto aos limites dos compostos em tintas e vernizes, mas não revela detalhes do que está fazendo, tais como quantidades de voláteis, nem quanto a linha de tintas à base de água representa do total faturado. Em 2008, obteve o selo Sustentax para suas 14 tintas com essa formulação. O selo é uma certificação voluntária concedida pela empresa Sustentax a produtos com padrões elevados de proteção ambiental, alguns deles em conformidade com o Leed – Liderança em Energia e Design Ambiental –, conceito criado pelo Conselho de Construções Verdes dos EUA.

A holandesa AkzoNobel, segunda no mercado de tintas imobiliárias, possui somente dois itens à base de água da marca Tintas Coral, mas, diferentemente de sua concorrente, informa sua fatia na receita total, 10%. "Não há regulação de COVs em nosso país, porém temos metas internas bastante desafiadoras", declara, sem detalhar planos e prazos, Elaine Poço, diretora de pesquisa e desenvolvimento e sustentabilidade da AkzoNobel Tintas Decorativas para América Latina. A companhia também é mais clara ao responder a questões da reportagem sobre níveis de benzeno, tolueno, xileno, formaldeído (todos eles COVs) e metais pesados em suas tintas. Esclareceu que, da lista, só utiliza xileno e formaldeído, e abaixo dos limites da UE. A Basf apenas respondeu genericamente que segue a lei europeia para os compostos citados na pergunta.

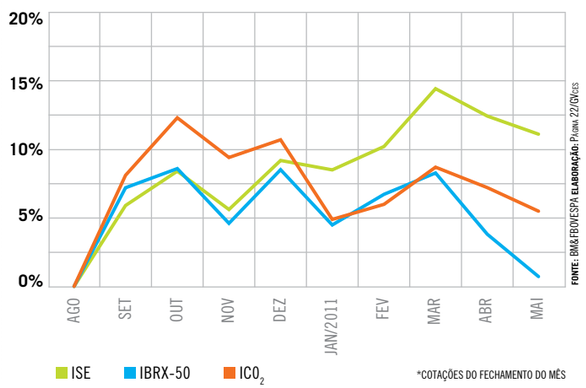
Índice de carbono vai bem na Bolsa

Além do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC), mais uma carteira relacionada à sustentabilidade – o Índice Carbono Eficiente (ICO_2) – vem registrando bom desempenho na BM&FBovespa. Entre setembro de 2010 (mês inicial de pontuação do índice) e maio de 2011, o ICO_2 acumulou alta de 5,5%, enquanto o IBrX-50 (que contém as 50 ações mais negociadas da Bolsa) subiu 0,71% e o Ibovespa caiu 0,81%. Perdeu apenas para o ISE, com alta de 11,06%.

Segundo Cinthia Gaban, analista de sustentabilidade do HSBC, o distanciamento em relação ao IBrX-50 e ao Ibovespa deve-se à ausência da Petrobras na carteira do ICO_2, pois a petroleira apresentou fraco desempenho nos outros dois índices.

Lançado oficialmente em dezembro, o ICO_2 é composto por 42 das 50 empresas do IBrX-50. São as que aceitaram o convite da Bolsa feito a todas as companhias do IBrX-50 e que se comprometeram a realizar inventário das emissões de carbono para continuar no índice a partir de setembro próximo. Na ocasião, haverá revisão anual do peso de cada empresa na carteira em função da melhora ou piora da relação entre emissões de gases-estufa e receita anual bruta. O ICO_2 é iniciativa conjunta da Bolsa e do BNDES. ***(JAGP)***

EVOLUÇÃO % EM 9 MESES* (AGOSTO 2010 = 1000)



ENTREVISTA **CHRISTIAN LOHBAUER**

SUCO DE LARANJA MEDE PEGADA DE CARBONO

Em março último, a Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR) divulgou que cada litro de suco concentrado de laranja brasileira emite 190 gramas de gás carbônico equivalente (CO_2e). O mapeamento das emissões do pomar até a entrega para engarrafadoras foi efetuado pelas quatro maiores exportadoras, reunidas na associação: Cutrale, Citrosuco, Citrovita e Louis Dreyfus. Não há versão pública do estudo nem o mesmo foi disponibilizado à reportagem pelo presidente da CitrusBR, Christian Lohbauer, que falou sobre o trabalho à Página22.

Por que a CitrusBR decidiu calcular a pegada de carbono do setor de suco? Há quase três anos a Citrosuco começou a fazer o seu estudo. De lá pra cá, cresceu a demanda dos clientes por informações sobre a sustentabilidade da cadeia, principalmente por parte dos europeus e grandes engarrafadores, como Coca-Cola e PepsiCo. Os europeus já haviam feito estimativas de emissões do pomar até o terminal para diversos produtos que só são engarrafados lá. Então, aproveitamos o que já tinha da Citrosuco e fizemos (*o mapeamento*) das outras três. Quando terminamos, vimos que nosso número é quase metade da estimativa feita pelos europeus. É difícil trabalhar o tema da sustentabilidade sem ser contaminado por questões econômicas e protecionistas.

Agora que vocês já sabem a pegada, qual a meta de redução das emissões? Vemos riscos em estabelecer uma meta, porque não se tem ainda um parâmetro de comparação entre as cadeias. A cadeia brasileira (*de suco de laranja*) é única, porque compõe 85% do mercado (*mundial*). Então, pode-se dizer com mais segurança que a pegada é "tanto". A cadeia (*global*) da maçã, por exemplo, apresentou sua pegada somente com a produção da Alemanha, Hungria e Polônia, e deixou a China de fora. A gente não quer ver maçã dizendo que é mais sustentável que laranja porque emite menos, pois aí o consumidor compara as embalagens e decide tomar mais suco de maçã. Falta muito acordo internacional e muita convergência técnica e metodológica para chegarmos ao ponto em que é possível fazer essa comparação.

Serão adotadas medidas para redução das emissões do transporte? Há pouco espaço para isso. Nossos caminhões já utilizam o etanol, tanto os próprios quanto os dos terceirizados. Com os navios não há muito que fazer, é a diesel mesmo. A cadeia da laranja já está muito avançada com relação a questões de sustentabilidade, porque 98% da nossa produção é exportada e, disso, 70% vai para a Europa, de onde vêm as maiores demandas. Há mais de uma década nos adaptamos a essas exigências de sustentabilidade. A gente aprendeu que a maior parte emissora é a agrícola, e há espaço para redução tanto no pomar quanto na fábrica, com a intensificação do uso do bagaço da cana para peletização da casca da laranja, por exemplo.

Há planos para reduzir as emissões oriundas dos fertilizantes? Não. Por enquanto vamos fazer as medições todos os anos. Deve haver uma série de mapeamentos para vermos a pegada dentro dessa série histórica, porque há muitas variações na natureza e no negócio. Tem ano em que há quebra de 30% na colheita; tem ano em que se exporta mais um produto que outro. Não se pode pegar o número de um ano e traduzi-lo como o número do suco, ele é só a amostra de um dos anos. Também queremos medir o sequestro de carbono pelos pomares e fazer o balanço, mas ainda não será neste ano. Este ano vamos calcular também a nossa pegada hídrica.**(GN)**

[ESTALO]

Uma nova ideia por mês

PARCEIRO

Santander

O pensar da **multidão**

As plataformas de *crowdsourcing* espalham-se pelo Brasil, viabilizando tanto inovações empresariais como projetos independentes. A falta de regulamentação, no entanto, pode criar empecilhos **POR FLAVIO GUT***

A comunidade de Anã fica na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, às margens do Rio Arapiuns, em Santarém, no Pará. Um lugar aonde só se chega de barco. Ali, onde o peixe é a base da dieta dos ribeirinhos, a organização Mulheres Sonhadoras em Ação implantou uma fazenda de criação de peixes alimentados com ração orgânica. O grande problema enfrentado por elas, porém, é encontrar a fórmula correta para a ração e meios para produzi-la localmente. Na busca de uma solução, o Instituto Vivo, que já tem projetos na área, lançou junto com a plataforma Ideias.me um desafio para que colaboradores ajudem a resolver o problema. As cinco melhores soluções receberão R$ 5 mil cada uma. Este é um exemplo de *crowdsourcing*. Numa tradução livre, pode ser entendido como a força de pessoas atuando juntas com um objetivo comum.



DIVULGAÇÃO

JEFF HOWE cunhou o termo *crowdsourcing*, que pode ser traduzido como a força de pessoas atuando juntas com um objetivo comum

"Nós sempre investimos em inovação aberta. Acreditamos que precisamos abrir nossas mentes para novas ideias. E, com o surgimento de plataformas *crowdsourcing* no Brasil, decidimos apostar nesse novo conceito", diz Luis Fernando Guggenberger, gerente de desenvolvimento cultural e sustentabilidade do Instituto Vivo.

A Vivo surfa nesta onda, que foi batizada por Jeff Howe, autor do livro *Crowdsourcing: O poder da multidão*, ex-editor contribuinte da revista *Wired* e atual integrante da equipe editorial do site americano Crowdsourcing.org, uma referência no setor.

O objetivo comum que agrega as pessoas tanto pode ser encontrar um jeito de produzir ração orgânica para uma fazenda de peixes na Amazônia como reorganizar completamente a vida institucional de um país – caminho seguido pela Islândia, que está chamando todos seus habitantes a produzir em conjunto sua nova Constituição.

Ambas as ações apostam no saber em rede. "**Noventa por cento do que é produzido é lixo**. Mas há realmente grandes ideias entre os 10% restantes", afirma Rafael Zatti, diretor-geral do Ideias.me, a primeira plataforma de *crowdsourcing* brasileira. "O nosso desafio é trazer esses 10% para dentro das empresas e projetos", diz.

Theodore Sturgeon é conhecido por ser o autor da Lei de Sturgeon, segundo a qual "90% de qualquer coisa é lixo"

Mas, ainda assim, coletar e trazer boas ideias não basta para colocar em prática ações inovadoras. É preciso que a cultura do novo esteja incorporada à empresa, explica Romeo Busarello, diretor de internet e inovação da Tecnisa, uma das empresas pioneiras no uso da inovação aberta e do *crowdsourcing* em suas estratégias. "É necessário conhecer o DNA da empresa para entender que tipo de ideia pode ser aproveitado", afirma.

Na opinião de Marina Miranda, sócia brasileira da Mutopo, companhia americana que trabalha no modelo colaborativo, existe uma relação simbiótica entre quem produz as ideias e a empresa que as implementa.

"Não estamos falando apenas de engajamento. Estamos falando de compartilhar valores", diz. Para Zatti, quando consumidores trabalham juntos para desenvolver um novo produto, eles efetivamente se tornam parte do processo.

A atividade, porém, ainda não está regulamentada no Brasil. E, sem uma lei específica para o setor, o *crowdsourcing* fica sujeito a diversas interpretações. A Caixa Econômica Federal, por exemplo, tende a classificar a atividade como um concurso com prêmios, o que aumentaria muito a incidência de impostos, inviabilizando, na prática, o pagamento de recompensas.

"Essa é uma inovação de 100%. Nós estamos buscando a interpretação correta, mas não encontramos ainda", afirma Flávia Regina de Souza Oliveira, sócia do escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados.

Seja no envolvimento de pessoas nas empresas, seja em projetos culturais e criativos, o *crowdsourcing* e suas múltiplas variantes está-se tornando parte da cena brasileira. Segundo dados da Ideias.me, já são 33 plataformas independentes atuando no Brasil, fora iniciativas empresariais como as da Vivo e da Tecnisa, entre outras. "O Brasil está diferente, com ideias borbulhando país afora. E, agora, temos as ferramentas para encontrar essas pessoas", diz, otimista, Busarello. P22

* JORNALISTA

[ANÁLISE]

Política 1 x Ciência 0

Os senadores serão salva-vidas se usarem sua legítima atribuição revisora para corrigir a miopia dos 410 votos conquistados na Câmara por bandeirantes que se acham "modernex" **POR JOSÉ ELI DA VEIGA***

Foi imenso o desprezo com que o grosso da Câmara reagiu à histórica manifestação conjunta da Academia Brasileira de Ciências (ABC) com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) sobre as alterações do Código Florestal. Os 410 deputados federais que aprovaram o substitutivo ao PL nº 1.879/99 têm certeza de que a larga maioria de seus cabos eleitorais – decisiva para sua eventual reeleição – não tem a mínima simpatia pela postura ambientalista, nesse caso bem respaldada pelos cientistas.

Boas pesquisas de opinião, como as do Datafolha, indicam que a maior parte da população desaprova estímulos a mais desmatamentos. Todavia, prefeitos, vereadores, presidentes de cooperativas, dirigentes de sindicatos, radialistas e muitas outras variedades de cabos eleitorais tendem a ser visceralmente contrários às ideias ambientalistas. Para eles, não faz nenhum sentido que sistemas naturais sejam defendidos das agressões de uma dinâmica econômica cuja inevitável racionalidade perceptível é tão somente de curto prazo.

O mais trágico, portanto, é o duplo equívoco que dá base a tão poderosa propensão política. Por um lado, porque a consciência do aquecimento global fez com que os ambientalistas se tornassem muito mais defensores da humanidade do que do restante da natureza.

Por outro, porque a racionalidade econômica que mais importa – a de longo prazo – é que será respeitada se forem acatadas as ponderações feitas em conjunto pela ABC e SBPC. Regras e critérios de conservação que horripilam ruralistas já estão engendrando um dos mais importantes trunfos da competitividade global. Foi um tiro no pé o amplo apoio dos produtores agropecuários e de seus parasitas dos agronegócios ao desastroso substitutivo.

Por isso, os senadores serão salva-vidas se usarem sua legítima atribuição revisora para corrigir a miopia dos 410 votos conquistados na Câmara por bandeirantes



que se acham "modernex", porque podem vender barato aos chineses quase todos os frutos da sobre-exploração de boias-frias e dos biomas brasileiros. O Senado precisa ouvir a ciência para garantir melhores futuros, tanto para a sociedade brasileira quanto para a humanidade.

Todavia, não há razão para otimismo quando se pensa na relação entre ciência e política, como demonstram até as mais avançadas democracias. Com a engenharia genética, por exemplo, há experiências radicalmente opostas entre as atitudes que orientaram os Estados Unidos e a Europa sobre a adoção das sementes transgênicas.

Se a União Europeia manteve por tanto tempo severas restrições ao cultivo dos OGM, é porque as maiorias que elegeram seus 27 governos manifestaram preferência pela linha de maior precaução, em vez de acatar o ponto de vista contrário, por mais que ele fosse predominante na comunidade científica.

A dificuldade social de atribuir a devida importância ao conhecimento científico também é evidente na controvérsia sobre o uso da energia nuclear para a geração de eletricidade.

Ótimo exemplo está em recente mensagem eletrônica, amplamente reproduzida em redes socioambientais, segundo a qual uma maioria de *experts* em sustentabilidade considera desnecessária a energia nuclear na transição à sociedade de baixo carbono. Um belo gráfico realça que 54% fazem essa aposta, ante 33% que entendem o nuclear como "componente essencial", e 13% de abstenções. São os resultados de um *survey* global sobre o futuro energético feito pela GlobeScan Incorporated: globescan.com.

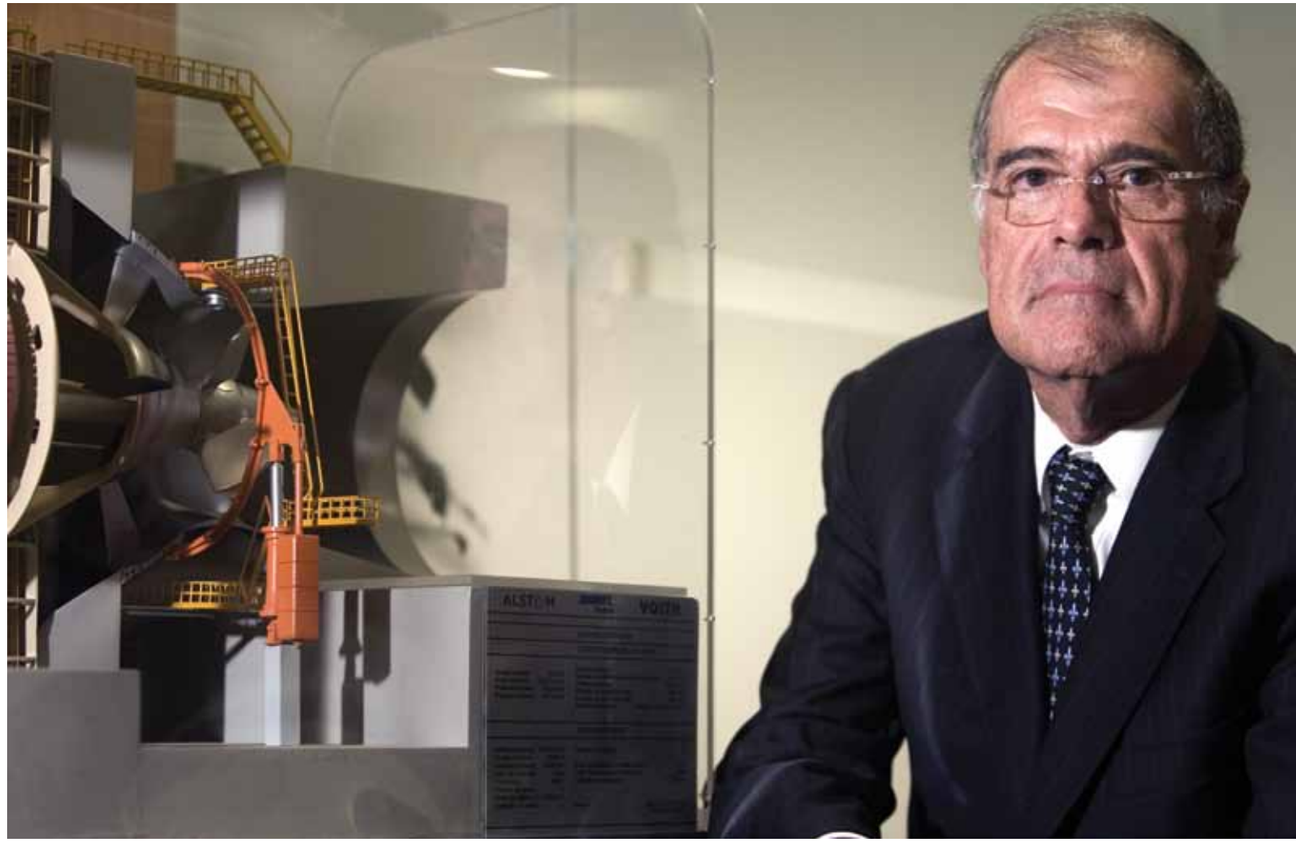
Há algo muito estranho nessa história: em resposta à pergunta sobre o uso do carvão, metade dos mesmos *experts* (52%) rejeitou a proposta de abandono gradual (*phase out*) da pior forma de geração de energia elétrica.

Examinando-se o método empregado, percebe-se que não houve sondagem baseada em amostra sorteada. Ao contrário: as porcentagens se referem a reles 551 respostas a um questionário disponibilizado on-line, provenientes de 67 países. Entre os que reagiram, 42% estão envolvidos há menos de dez anos com questões relativas à sustentabilidade. Pior: pertencem, em proporções desconhecidas, a cinco diferentes mundos institucionais: o empresarial, o governamental, o das ONGs, o acadêmico/pesquisa, e dos prestadores de serviços, com destaque para a consultoria.

De todas as dúvidas que provoca esse survey, a mais importante tem tudo a ver com o tema desta coluna: será que poderiam ter pesos semelhantes os posicionamentos de pesquisadores científicos e as opiniões do restante dos mortais, por mais que se considerem entendidos em sustentabilidade? P22

* PROFESSOR DA PÓS-GRADUAÇÃO DO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA USP E DO MESTRADO PROFISSIONAL EM SUSTENTABILIDADE DO INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS (IPÊ). WWW.ZEELI.PRO.BR.

Turbinas do PAC



Victor Paranhos preside o Consórcio Energia Sustentável do Brasil, composto por GDF Suez, Camargo Corrêa, Eletrosul e Chesf, responsável pela obra da Usina de Jirau

POR AMÁLIA SAFATLE # FOTO TÂNIA REGO

Implantar uma obra de grande porte na Amazônia requer uma engenhosidade bem além da engenharia. Vem justamente de um engenheiro – Victor Paranhos, presidente do consórcio Energia Sustentável do Brasil – o relato dos desafios políticos que definem contornos de uma obra que afeta tanta gente, da população local aos governantes, dos trabalhadores ao consumidor final, sem falar na natureza transformada e nas cidades que brotam nos confins do País.

Nesta entrevista concedida no fim de maio, Paranhos e o diretor de meio ambiente e sustentabilidade do consórcio, Antonio Luiz Abreu Jorge, mostram, do ponto de vista do empreendedor, que os meandros da política podem ser os mesmos de tempos atrás, mas a complexidade que as questões socioambientais trazem é rica e emergente – ainda que se acredite na tecnologia como solução salvadora dos males. A experiência em Jirau, uma das usinas do Rio Madeira, pode contribuir com muitas lições – a questão é incorporá-las nas futuras obras e no planejamento energético de uma nação inteira, para que se possa chamá-lo de sustentável.

Quais são os desafios de fazer a maior obra do PAC em plena Amazônia, em uma época em que as questões da sustentabilidade estão cada vez mais emergentes?

Victor Paranhos: Existem vários desafios de engenharia, mas, por incrível que pareça, do ponto de vista social, é uma obra de baixo impacto. Temos uma comunidade de 300 famílias, todas elas de baixíssima renda, e na área rural mais 250, 300 famílias. Então, é uma obra com impacto muito pequeno. Mas tem um desafio muito grande, porque, na hora em que se fala de Amazônia, existe um preconceito sobre o que é a Amazônia. Quando ganhamos esse projeto da Suez, a primeira coisa que mostramos é que ficava a 100 quilômetros de uma cidade de 500 mil habitantes, numa zona que detém grande rebanho bovino e é bastante antropizada. O pessoal pergunta: cadê as árvores? Essa Amazônia está a 400, 500 quilômetros dali. Trata-se de uma região já bem alterada, desde a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

Então, do ponto de vista real, impactos baixos. Do ponto de vista político, coisas difíceis de serem administradas quanto a essas questões da sustentabilidade. O grande desafio, que é brasileiro, é que tem uma população que vivia de bicos, de subemprego, vendo oportunidade em lugares distantes do país.

Quando o senhor fala em desafio político, o que é exatamente?

VP: Você tem uma obra com um grande impacto durante a construção, pelo número de pessoas que vêm, e todo um ganho futuro, que será do próximo governador. O atual está tendo o ônus e não vai ter o bônus. Principalmente no meio de uma eleição para governador de estado, se polariza, se politiza a questão. Uma obra grande em qualquer país do mundo é problema. Sendo (*obra lançada pelo*) governo, é mais complicado, ainda mais em um país que, graças a Deus, é democrata, as coisas são mais demoradas. Busca-se um consenso, um diálogo.

Uma obra dessas traz um impacto socioambiental imenso, certo? Embora o senhor diga que esta é uma área antropizada, tem todo o impacto de ocupação do lugar, desse fluxo dos migrantes.

VP: O impacto ambiental não foi grande, muito pelo contrário.

Que critérios vocês usam para dizer se é grande ou não?

VP: Para isso levamos em conta o número de famílias atingidas por megawatt instalado. Basicamente, a área do reservatório é a mesma área do Rio Madeira durante as grandes cheias, não tem grandes áreas inundadas. Como é usina a fio d'agua, não tem capacidade de armazenamento, a água que entra é a que sai.

Em relação a todos aqueles problemas trabalhistas, vocês esperavam aquele tipo de reação? (*Em março, o canteiro de obras e os alojamentos foram depredados e 4 mil trabalhadores, demitidos.*)

VP: Qual foi o problema trabalhista que houve?

Houve um levante!

VP: A gente deve ser uma das empresas mais auditadas que eu conheço, tanto financeira, como social, como ambientalmente. A gente tem uma declaração da procuradora do Ministério do Trabalho de Jirau, três dias depois do incêndio, de que nunca ninguém foi lá fazer nenhuma queixa. Aí alguém pode dizer: "É porque o

cara tinha medo de ser despedido". Mentira. A rotatividade de gente que ganha uma especialização e dez dias recebe a oferta de salário maior é muito grande. A gente podia dizer isso em uma época de recessão, quando o cara tinha medo de perder o emprego. Hoje, é a empresa que tem medo de perder seus trabalhadores.

Mas houve uma manifestação muito grande, isso não dá para negar.

VP: Houve um *incêndio* muito grande, o primeiro com 30 pessoas identificadas, tem gente presa; o segundo com 200, que fizeram essa manifestação. Tanto que está todo mundo querendo voltar, tem muita gente voltando. O alojamento para mulheres era para três pessoas com ar condicionado, pela primeira vez no Brasil. O dos homens era com dois banheiros. Nós pusemos uma antena da Vivo lá, tanto para o pessoal da cidade como da obra, que tinha 20 mil trabalhadores e 22 mil celulares. E hoje acho que não existe mais celular sem foto. Então, se tivesse esse tipo de coisa, isso estaria nas redes sociais em dois minutos. E só foi parar na rede social depois dos incidentes. Nunca apareceu na rede social alguma reclamação trabalhista, empregado dizendo que a comida era ruim.

Havia queixa de trabalho em turnos seguidos, em muitas horas contínuas.

VP: Ao contrário. A legislação brasileira estabelece o número máximo de horas por semana. Barrageiro é o cara que está acostumado a ir para o mato pra ganhar dinheiro. Ele tinha um salário razoável, café da manhã, almoço, jantar, lanche, internet praticamente de graça, videoclube de graça.

Então, qual foi a razão?

VP: Essa é uma pergunta...

Vocês não sabem?

VP: Não, isso vai demorar um pouquinho, até a Polícia Federal está investigando, a Abin (*Agência Brasileira de Inteligência*) também. A gente sabe que roubaram 1 milhão de reais. Tinha oito caixas eletrônicos. Por acaso, foram saqueados no primeiro e no segundo dia do incêndio. A PF pegou gente com caixa eletrônico dentro de ônibus. Na mesma semana houve outros eventos, eles se espalharam. Começou em Fortaleza em uma obra do Eike (*Batista*). Você acha que empregado iria pôr fogo nos seus próprios alojamentos? Tinha gente que tinha *laptop*... o seguro está pagando. Puseram fogo em 30 carros de trabalhador. A gente não imaginava que encontraria esse tipo de problema. Imaginava, sim, que precisava dar uma condição social e ambiental muito grande para aquelas pessoas. Na hora em que você fala de sustentabilidade, veja, essa foi a cidade que a gente fez, Nova Mutum-Paraná (*mostra um caderno com fotos*). É uma cidade de 1.600 casas. Rondônia tem 2% de esgoto. Aqui é 100%.

Isso é a título de compensação pela obra?

VP: Não. Isso daqui é a título de reassentamento.

Como assim?

VP: O Ibama obriga a empresa a dar a opção de reassentamento (*para a população atingida pela barragem*). Havia quatro opções, uma delas era a troca das casas para vir para Nova Mutum. Aqui tem colégio, posto policial. Já tem restaurante particular que abriu... Das 600 pessoas, cerca de 170 quiseram vir para Nova Mutum. O restante pediu dinheiro, tocou a sua vida. É para o pessoal que trabalha na obra, para não aumentar a pressão sobre Porto Velho.

Na hora em que a obra acabar, o que acontecerá com o lugar e os trabalhadores?

VP: É a palavra-chave que você está perguntando: sustentabilidade. A gente está procurando outras empresas, já levamos a Bardella, para fazer equipamento de hidreletricidade, tanto para Belo Monte como para todas as hidrelétricas no Peru que vão sair. (*A Bardella foi a primeira empresa a integrar o Polo Industrial de Nova Mutum-Parará.*)

Antonio Luiz Abreu Jorge: O grande desafio é gerar renda e emprego para a população local que vai continuar morando ali. Com outras atividades, como a fábrica da Bardella, agência do Bradesco, loja da Vivo, um centro comercial, pode-se absorver essa mão de obra. Então tem várias atividades surgindo, envolvendo sistemas agroflorestais, por exemplo, fábrica de sorvete, compotas. Assim, vai-se integrando essas pessoas da região.

VP: Estamos vendo piscicultura, vendo com a Embrapa projeto de feijão com arroz... porque a grande atividade lá é a agropecuária, que emprega pouca gente.

O aumento do fluxo da população na região, com todo esse crescimento econômico que deve acontecer, trará que tipo de impacto, com abertura de estradas, ocupação etc.?

VP: A estrada era a mesma... Basicamente, essa cidade (*Nova Mutum-Paraná*) foi feita em cima de pasto. Isso aqui tudo era pasto que tinha, sei lá, 200 cabeças de gado. Você fala em impacto. Temos entrevista com o cara que saiu do interior do Piauí, que morava numa casa de barro com direito a barbeiro, sem saneamento e veio pra cá, foi treinado... isso tem um impacto. A gente já treinou mais de 5 mil pessoas. Se ele ficar lá ou for para Belo Monte, chega em outra obra já treinado. Ele, que era pedreiro, vai virar mestre, vai subindo na vida.

Onde termina a responsabilidade da empresa e começa a do governo, por exemplo, em uma obra dessas? A empresa é responsável por financiar e executar as compensações e os reassentamentos, mas a definição e coordenação dessas responsabilidades cabe ao governo, cabe à empresa? Como esses papéis devem ser definidos?

VP: Os papéis têm que ser mais bem definidos inclusive do ponto de vista de custo, porque isso vai parar na tarifa de energia. Nós temos R$ 170 milhões de compensação para o estado e o município. Nunca o estado teve R$ 170 milhões de investimento naquela área. A gente melhorou colégio, fizemos colégio na região, diversos postos de saúde, cadeia, melhora em drenagem, melhora na sinalização de Porto Velho. O colégio de Nova Mutum tem sala de computação, de ciências. Sabe por que o Brasil tem hoje uma boa estrutura de sismógrafo? Porque todas as hidrelétricas no Brasil têm de três a cinco sismógrafos. A gente está fazendo um estudo de peixe na Amazônia que ninguém fez. Quantos peixes novos nós descobrimos, Antonio?

ALAJ: A gente não pode dizer peixes novos, mas já avistou cerca de 700 espécies lá.

> A obra tem alto impacto pelo grande fluxo de pessoas e todo um ganho futuro que será do próximo governador

VP: Temos estudos de mercúrio... estamos desmitificando a questão do mercúrio na Amazônia.

Por quê? Tem um mito?

VP: Tem um mito. De que, em função da atividade de garimpo, tem muita contaminação por mercúrio. Mas o mercúrio é normal na região. O rio que mais tem mercúrio lá é o Negro, que não tem nenhuma atividade de garimpo. Nunca se estudou tanta fauna, arqueologia, paleontologia...

Mas afinal o senhor acha que todo esse investimento é justo, ou isso caberia ao governo fazer?

VP: Pesquisa eu acho justo a gente fazer. O que houve de melhoria de renda e do padrão de vida da população no entorno é enorme. Você sobe aqui em Furnas, vai no Vale do Jequitinhonha, que era uma das regiões mais atrasadas do Brasil, depois que fizeram uma usina, começou a ter uma melhora do padrão de vida muito grande.

O benefício econômico parece visível.

VP: Não é só econômico. Na primeira obra que fiz, que foi na Serra da Mesa – e depois o Antonio entrou em Cana Brava –, engenheiro que sou, comecei a ver coisas que são pra a gente entender. Demos uma casinha dessas para uma senhora e sabe o que ela fez com a privada? Pôs uma plantinha lá dentro. Ela nunca tinha visto uma privada! Uma senhora não queria a casa, aí, com ajuda da assistente social, a gente teve que pôr terra no chão. Ela se sentia mal com o piso. Ela sempre morou em chão batido. Tem gente que não queria banheiro dentro de casa.

Sim, porque tem toda uma característica cultural...

VP: Mas você começa a mostrar que tem também a questão de saúde, de higiene.

Isso não é uma ingerência? Elas podem estar felizes com aquele modo de vida.

VP: Você acha que alguém é feliz tendo que brigar por uma refeição por dia e perdendo filho por subnutrição?

Claro que vou dizer que não. Mas tem uma população que vive feliz com as suas condições próprias. Não estaria havendo uma imposição dos nossos valores urbanos sobre aquele modo de vida?

VP: A gente tem assentamento rural em que o cara fica com a casinha dele ganhando a sua Bolsa-Família, olhando a vista...

Porque imagino que seja um grande choque cultural, não é? A empresa chega da cidade grande, com toda uma contagem de tempo própria, diferente da contagem de tempo local.

VP: Não, o cara morava a 100 quilômetros de Rondônia, gente! Porto Velho tem 500 mil habitantes!

Não estou falando especificamente desta obra, e, sim, de uma forma geral, dos grandes empreendimentos na Amazônia. Existe um descompasso de tempo entre o nosso ritmo Rio-São Paulo e o ritmo e os valores daquelas pessoas. Como é que se respeita tudo isso levando esse desenvolvimento para lá?

ALAJ: São dois pontos distintos. Não tem uma imposição da nossa cultura, da nossa referência do que é qualidade de vida para essas populações. Mas tem uma parte que é indiscutível, que a gente leva, que é a oportunidade de acesso à saúde de qualidade, à educação de qualidade, uma infraestrutura pela qual ele receba socorro, se necessário, e pode acessar o mercado consumidor para seus produtos, para aumentar a sua produtividade. O ribeirinho produz à sua maneira, mas será que essa produção é mesmo sustentável? Nem sempre. Muitas vezes ele exaure uma área e vai desmatar outra, porque não tem acesso a tecnologia. Isso tudo a gente dá pra ele. Ele consegue continuar vivendo com sua cultura, mas com acesso a saúde, educação, tecnologia, tudo que ele não tinha antes.

A questão é perguntar a eles o que eles querem, certo? Perguntar o que entendem por desenvolvimento.

ALAJ: Desde o início a gente implantou um comitê de sustentabilidade, que é representativo da comunidade, das universidades, do órgão ambiental, do órgão de mineração, dos governos estadual, municipal, do Ministério Público. Esse comitê fica acima de vários grupos de trabalho, como o de reassentamento rural. A gente gere junto com as pessoas, conversa, pergunta o que precisam, o que querem, qual a área necessária, que tipo de profissão querem ter. Não é uma coisa imposta do empreendedor para essas famílias. Até porque não funcionaria. Primeiro, porque eles não aceitariam e, segundo, porque, mesmo que aceitassem, iriam abandonar, pois não tem relação com a cultura deles. Há vários empreendimentos na Amazônia de piscicultura e mesmo de agricultura que foram abandonados por total falta de conexão com as tradições locais e por falta de treinamento.

O que vocês me contaram até agora são todas as benesses que um grande empreendimento na Amazônia pode proporcionar, mas eu tinha perguntado dos desafios. O senhor respondeu um pouco do

desafio político, mas queria saber quais são as dificuldades de fato, o que é que "pega"?

ALAJ: É a dificuldade de levar o modo de desenvolvimento sustentável para a região ou simplesmente implantar um empreendimento. São duas coisas diferentes. Você consegue implantar um empreendimento com vários desafios relacionados à logística, à construção, à distância, que o Victor pode falar. Tem outros desafios ligados à população com baixa renda, baixa qualificação, baixo acesso à informação. A gente não quer só deixar uma usina hidrelétrica que vai produzir energia. A gente quer fazer com que essa população do entorno também seja beneficiada pelo empreendimento e, aí sim, gere esse desenvolvimento sustentável na região.

Por que vocês acham que isso é importante?

VP: Por uma razão muito simples: a nossa concessão é de 35 anos. Fazer como há muito tempo atrás fazia na Amazônia, em que se cercava, punha polícia, do lado de dentro era o paraíso e do lado de fora era o inferno, isso não existe mais. A gente não consegue conviver 35 anos com uma população vivendo-se numa bolha. Ou a gente se integra, ou terá um conflito para o resto da vida. E se integrar significa a gente entendê-los, eles nos entenderem e eles crescerem como cidadãos.

Para isso acontecer, queria falar sobre o ritmo da obra. Quando ela é feita muito rapidamente, atrapalha essa interação? Pergunto isso porque, pelo atual modelo de concessão, o governo permite à empresa vender a energia no mercado livre, embolsando a totalidade do lucro, caso entregue a obra antes do prazo. Isso não faz com que as obras se acelerem demais?

VP: Claro que há interesse em acelerar. Mas isso se chama produtividade. Você pode ter aumento de produtividade com redução de estresse e trabalho físico. Você não vai querer um Brasil que não tenha produtividade. Na hora em que não tiver produtividade, nós não seremos competitivos. Uma obra mais rápida é uma obra em que vou pôr mais gente carregando baldezinho, ou uma obra em que tenho uma tecnologia extremamente avançada, de Primeiro Mundo, com logística benfeita?

Isso do ponto de vista do engenheiro. Pergunto do ponto de vista da integração com a comunidade, que requer tempo.

ALAJ: A gente está falando de uma obra que será implantada em três anos, mas esse trabalho social não cessa em três anos, nem começa com três anos. Esse trabalho continua. A gente não dá assistência técnica só até a operação comercial da usina, a gente não dá assistência social só até o enchimento do reservatório.

Quando houve esse levante dos trabalhadores...

ALAJ: ...falou-se que a obra estava muito rápida?

Isso.

VP: Sabe a quem interessa uma obra lenta? À empresa de engenharia. Tem obra no Brasil que levou 15, 20 anos, ganhando sem produzir. Esse Brasil, esse mundo não existe mais. Se o Brasil quiser ser a quinta potência, precisa de produtividade. A FGV defende a produtividade, vocês são "cobra" nisso. Que tal a gente implantar na FGV a aprovação automática, você concordaria? Ou defenderia a meritocracia?

O que o senhor quer dizer com isso?

VP: Quero dizer que a obra não estava rápida, tinha um planejamento muito benfeito... uso de equipamento de alta qualidade...

ALAJ: Fizemos o resgate de 300 mil peixes com índice de 0% de mortalidade, isso é inédito no Brasil. Se essa aceleração estivesse acontecendo em detrimento de fatores ambientais e sociais, não haveria esse tipo de sucesso. Na área urbana de Mutum-Paraná, por exemplo, a gente negociou amigavelmente em 96% dos casos.

Que lições a experiência de Jirau deixa para possíveis futuras obras, como Belo Monte?

ALAJ: Acho que é a parte toda de planejamento ligada a interfaces com os governos – federal, estadual, prefeituras. Foi uma evolução o protocolo de intenções assinado com o governo do estado e a prefeitura sobre responsabilidades do empreendedor para investir em infraestrutura de saúde, segurança, educação. Entretanto, não tem uma definição exata sobre em que ele vai alocar esses recursos. Então, é importante que esse "pacto" seja feito antes do empreendimento, durante o licenciamento prévio, para que o empreendedor entre no leilão já sabendo quais são suas responsabilidades. E não entrar em negociações em uma obra em andamento, porque aí pode haver definição muito por interesse político.

Que é o desafio político que vocês citaram no início.

ALAJ: Exatamente. Se tivesse essas definições antes, o empreendedor chegaria no processo da concessão já sabendo que terá de construir um hospital de determinado tamanho em tal local. Então ele já pode implantar o hospital junto com a obra, ou antes da obra. Muitas reclamações acontecem em por causa dessa infraestrutura que já podia estar pronta, mas não está. Tem muita gente indo pra Belo Monte e a "infra" não está pronta, porque a empresa não tem a licença de instalação (*que veio a ser concedida em 1º de junho*). A nossa solução foi construir muito rapidamente, em um ano, uma cidade inteira para absorver essa pressão. (*mais em reportagem à pág. 40*)

VP: Uma coisa que fica muito clara agora é que a gente tem uma cidade de 20 mil pessoas dentro da obra. Fizemos uma doação de uma casa para o Conselho Tutelar, de uma casa para o Ministério do Trabalho. Se o cara tem uma queixa trabalhista, tinha que ir a Porto Velho. Então a gente trouxe o Estado, o Poder Público, para dentro da obra. Põe o Ministério Público dentro da obra, põe o Ibama dentro da obra. Depois disso tudo, o pessoal percebeu que tem que estar mais junto. O Estado tem que estar lá dentro.

Que cenário o setor privado que opera com hidrelétricas tem feito, considerando-se a mudança climática e a alteração no regime de chuvas, que impacta especialmente usinas a fio d'água? Porque a gente sabe que a Amazônia será bastante afetada com a mudança de clima. Vocês estão fazendo algum estudo sobre isso?

VP: Quando se faz esse tipo de estudo, são séries de 150 anos.

A gente falou aqui em um prazo longo, que são os 35 anos da concessão. Em 35 anos, é possível haver bastante mudança no clima. Ela já está acontecendo...

VP: Não é regime que impacte uma hidrelétrica. O volume do Madeira são 25 mil metros cúbicos por segundo.

O que vocês acham das fontes alternativas à hidreletricidade?

VP: Eu acho que em 30 anos teremos coisas muito interessantes. Hoje elas são de baixa eficiência.

E por que a eficiência das fontes alternativas é baixa? Será que é porque não houve incentivo, políticas para desenvolvimento, assim como houve para a hidreletricidade e o etanol no Brasil?

ALAJ: Imagine 3.750 MW, que é o tamanho de Jirau, em energia eólica. Imagine o impacto que isso iria causar.

VP: A Microsoft não vai acabar por falta de computador. Vai desaparecer porque vai ter gente fazendo coisa melhor e mais barata. Energia hidro, térmica à carvão, isso vai acabar porque vão aparecer coisas novas do ponto de vista tecnológico.

Já que não existe energia sem impacto, a melhor maneira é reduzir a demanda por ela, concorda? Por meio de eficiência energética, por exemplo.

VP: Quantos filhos você tem?

Dois.

VP: Se tivesse um, teria menos impacto. Eu tenho três.

Estou ganhando... (*risos*)

VP: Se o Brasil fizer o mais fino que tiver em termos de tecnologia, ganham-se uns 5% a mais em eficiência energética.

Só isso?

VP: Você está escutando muito vendedor de turbina.

O que vocês acham dos relatórios que algumas ONGs como Greenpeace e WWF fizeram, juntamente com pesquisadores acadêmicos, sobre a energia poupada por meio de eficiência energética, repotenciação de usinas, combate ao desperdício, uso de fontes alternativas etc.? (*o* [R]evolução Energética *e o* Agenda Elétrica Sustentável 2020)

VP: Tem gente séria e tem gente não séria. Você acredita em estudo médico? Meu pai era médico.

O senhor quer dizer que um estudo pode ser usado para se provar qualquer coisa que interesse?

VP: Tem gente séria e tem gente não séria.

Então, do mesmo modo, o outro lado (*os estudos que provam a necessidade de se fazer novas hidrelétricas*) também pode estar errado?

VP: Também.

O senhor falou agora há pouco em produtividade. Estamos falando de produtividade no uso da energia também. A gente está falando em fazer mais com menos.

ALAJ: Essa é a base de tudo. Essa camisa aqui, por exemplo, tem quatro anos. Eu preciso comprar uma nova a cada seis meses?

VP: Gente, espera um instantinho. A gente tem que tomar um cuidado muito grande, Antonio. A natureza humana é querer melhorar.

ALAJ: Mas você não deixa de melhorar se fizer um uso mais consciente...

VP: Lembra da túnica do Mao? Tinha que ter três botões, porque, se tivesse quatro, era 1 bilhão de botões a mais. E tinha de ser cinza, para aparecer menos a sujeira e não precisar usar corante.

Mas ninguém está falando isso, a gente está falando em aumento de produtividade e eficiência.

VP: Você precisa usar batom? Mas usa, e tem prazer em usar, assim como minha esposa. Você precisa de um *tablet*? Não, mas vai ter. O consumo faz parte da sociedade. A gente não consegue mudar a natureza humana...

ALAJ: Eu entendo que a forma de desenvolvimento americano e europeu não dá para todo mundo...

Exatamente, a conta não fecha. Vocês, que são engenheiros, podem fazer essa conta.

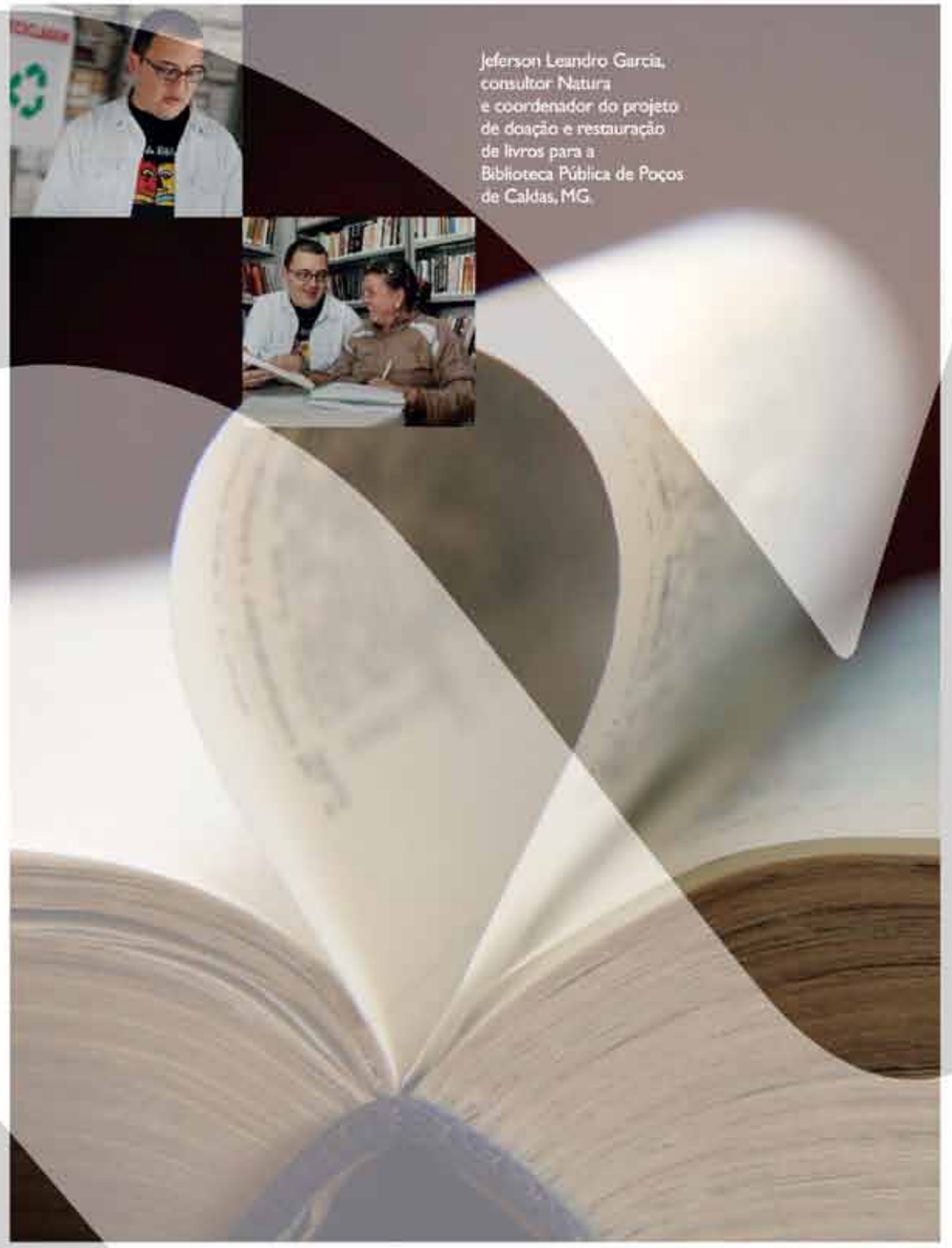
VP: A conta vai fechar. Você já leram Malthus? Malthus provava (*em 1798*) que o mundo ia acabar por falta de comida com o aumento da população.

O senhor tem lido os neomalthusianos? A questão da oferta de alimentos está aí de volta, ainda mais com projeções de escassez de água, mudança climática etc.

VP: Vocês leram *2050* (O mundo em 2050, *de Lawrence Smith*)? É um livro que está na moda, de um ambientalista radical. Ele mostra qual será uma das áreas mais promissoras de produção de alimentos: a tundra do Canadá e da ex-URSS, justamente por conta do aquecimento global. A tecnologia vai mudar o mundo, como já tem mudado.

> Não se pode viver numa bolha. Ou a gente se integra com a população ou terá um conflito para o resto da vida

natura
bem estar bem



Jeferson Leandro Garcia,
consultor Natura
e coordenador do projeto
de doação e restauração
de livros para a
Biblioteca Pública de Poços
de Caldas, MG.

Um livro doado, muitos livros doados, uma biblioteca. Uma cidade inteira lendo mais e melhor. Alguém tem que começar, alguém tem que acolher. Por todos os cantos do Brasil, existem consultoras e consultores Natura que, com suas ideias e ações, estão transformando a realidade em que vivem e começam a escrever uma nova história. A Natura acredita no poder dessas iniciativas. Por isso, criou o Programa Acolher, que identifica e apoia ações sociais desenvolvidas por nossa rede em todo o país. Ações que inspiram outras ações e que, cada uma a seu modo, têm o mesmo objetivo: transformar o mundo em um lugar melhor.

www.natura.net

penultostrawberryfrog

Em busca de **reforços**

O momento de revés para algumas das principais causas do socioambientalismo brasileiro, como Código Florestal e Belo Monte, pede a somatória de novos aliados e a articulação de um movimento, acima de tudo, político

POR **CAROLINA DERIVI** FOTOS **ANTONIO BRASILIANO**

A noite já se anunciava, mas a reunião que começara cedo em um dos muitos centros criativos da Vila Madalena, em São Paulo, não dava sinais de terminar. Cercados de cartolinas, palavras-chave, desenhos e setas em um mural, um grupo de jovens esboçava o conteúdo programático do que pode vir a ser a primeira escola de ativismo para a sustentabilidade. "Nós percebemos que muitas ações não dão certo por inadequação dos métodos, seu abuso ou sua ausência", diz um dos integrantes, Marcel Taminato.

O grupo de seis pessoas não está inteiramente na casa dos 20 anos. Alguns deles já chegaram aos 40. Mas o hábito de denominá-los jovens, sem distinção, deve-se à marca da atuação em rede, digital e horizontalizada, típica da geração Facebook. Nesse caso, falamos de uma turma que se conheceu no Movimento Marina Silva, mobilização em torno da candidatura da ex-senadora à Presidência da República que chegou a reunir, na plataforma on-line, mais de 45 mil pessoas de todo o Brasil.

Ninguém sabe dizer ao certo quem formulou ideias tão inovadoras quanto o slogan "seja + 1" ou as Casas de Marina, em que a residência de militantes se transformava em polos de discussão e difusão, seja de novas ações, seja de material de campanha.

As ideias, dizem os participantes com naturalidade, são fruto da rede e da disposição em compartilhar. Nessa lógica, mesmo o sentido da liderança ganha um novo significado: "A Marina não era líder do nosso movimento, ela era uma ideia", diz Cassio Martinho, que também





"Pela primeira vez, o debate sobre o que é desenvolvimento está colocado em um círculo maior", diz fundadora do Greenpeace no Brasil

é acadêmico e autor do livro *Redes – Uma Introdução às Dinâmicas da Conectividade e da Auto-organização,* publicado pelo WWF. "Ninguém mandava em ninguém, não tinha coordenador. Mas isso não significa que não tivéssemos coordenação."

Trata-se de um modelo novo, sem vinculação institucional, nem partidária, nem de ONGs. E essa turma tem propostas. Fala-se em criar a Rede + 1, em perpetuar a articulação política em torno da sustentabilidade tomando como base a casa das pessoas, em mobilizar milhares de novos atores para a conferência Rio+20, programada para o ano que vem, entre outras ambições.

O fato de que o movimento busca continuidade, ainda que embrionária, é significativo no cenário recente de pesadas derrotas sofridas no *front* ambientalista brasileiro, como a licença concedida à Usina de Belo Monte e a aprovação do novo Código Florestal na Câmara dos Deputados. (*saiba mais no quadro Ressaca Florestal*)

Isso porque, se há alguma coisa clara no balanço dos últimos acontecimentos, é que a bandeira verde precisa de reforços. Pelo menos é esse um dos poucos consensos entre ativistas e analistas ouvidos por esta reportagem, provocados pela ingrata pergunta: "Como vamos sair dessa enrascada?"

Mesmo o diagnóstico do momento atual não é preciso. Enquanto o ex-secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente João Paulo Capobianco fala em "crise de institucionalidade ambiental", fruto de uma reação conservadora aos avanços verificados no País até 2009, o cientista político Sergio Abranches diz que tudo não passa de confirmação de um caminho anunciado pelo governo brasileiro desde sempre: agenda climática numa redoma isolada da política nacional e preferência por uma economia comoditizada de exportação, em detrimento de setores mais importantes para o futuro, associados à inovação e ao baixo impacto ambiental.

"A comunidade ambientalista mostrou-se muito pequena para lidar com o balanço de poder que estava se construindo", avalia Marcelo Furtado, diretor-executivo do Greenpeace no Brasil, em referência ao amplo apoio que o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) conseguiu conquistar no Congresso, com aval ou omissão do setor produtivo. Para Adriana Ramos, secretária-executiva adjunta do Instituto Socioambiental (ISA), as manifestações de rua realizadas simultaneamente na Avenida Paulista, em São Paulo (cujas imagens complementam esta reportagem), e na Praia de Copacabana, no Rio, representam "um refresco" importante, já que não foram orquestradas pelas ONGs. "No Brasil, eu pago uma contribuição ao Greenpeace ou ao WWF e penso que não preciso mais fazer nada. O ativismo ficou muito centrado nas ONGs. O importante é que as pessoas percebam que mesmo os movimentos sociais organizados não podem representá-las nessa indignação."

Pode parecer esquisito exaltar a mobilização, mesmo que ainda não tenha produzido o resultado desejável. Mas, segundo Marijane Lisboa, professora de sociologia da PUC-SP e uma das fundadoras do Greenpeace no Brasil, as novas articulações que se revelam no pano de fundo das derrotas podem significar uma tendência importante para o futuro.

Conforme a briga vai ficando feia, apresenta-se a cavalaria. Ela cita o envolvimento da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) no debate público sobre o Código Florestal, além da manifestação inédita dos ex-ministros do Meio Ambiente e do relatório de recomendações produzido em conjunto entre a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC).

No caso de Belo Monte, Marijane avalia que a "ponta de lança" não são as grandes ONGs, mas o movimento local Xingu Vivo, que tem conseguido promover uma **repercussão internacional** retumbante nos ouvidos de OEA, Anistia Internacional e, mais recentemente, da ONU. "São novos atores que estão surgindo, e com eles começa a se compreender um aspecto fundamental, que é o da justiça ambiental, o respeito às populações locais e indígenas. Há poucos anos, não se discutiam hidrelétricas dessa forma. Com o (*complexo hidrelétrico do rio*) Madeira não foi assim". (*leia mais sobre Belo Monte à página 40*)

A professora reconhece que a massa crítica urbana em torno dessas questões, por enquanto, ainda é tímida, mas avalia que se trata de um avanço real. "Isso implica rediscutir o modelo de desenvolvimento e mesmo discutir o que é desenvolvimento. Pela primeira vez, esse debate está colocado num círculo maior."

COMBATER POLÍTICA COM POLÍTICA

Teria sido possível conduzir a negociação sobre o Código Florestal de outra maneira que não a polarizada disputa entre ambientalistas e ruralistas? Outra forma que não o ganha-perde? Das lideranças verdes, ouvimos que eles tentaram, exaustivamente, nos bastidores,

A ONG internacional Conectas apresentou críticas aos impactos socioambientais da usina durante reunião do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Anistia Internacional e OEA já haviam recomendado a suspensão das obras ao governo brasileiro

Ressaca florestal

O dia 25 de maio começou com a notícia da morte do líder extrativista José Claudio Ribeiro e de sua esposa, Maria do Espírito Santo, o primeiro de uma série de assassinatos no Pará, e terminou com a aprovação do novo Código Florestal na Câmara dos Deputados sob o resultado avassalador de 410 votos contra 63.

No mesmo 1º de junho em que o Ibama concedeu a licença de instalação para a Usina de Belo Monte, perdoando o descumprimento ou o cumprimento parcial de exigências estabelecidas na etapa anterior, o Congresso aprovou medida provisória que oferece estímulos fiscais a novas usinas nucleares. E talvez a cereja do bolo tenha sido a notícia de que o Governo Federal deve reduzir sete unidades de conservação na Amazônia para dar espaço a seis novas hidrelétricas no Rio Tapajós.

Sobrou para a Semana do Meio Ambiente, momento em que tradicionalmente se faz um balanço sobre o caminhar desta agenda, um perplexo reconhecimento das pancadas.

Na disputa pelo Código Florestal, ONGs foram obrigadas a ficar na defensiva e sofreram com a falta de apoio do empresariado moderno

chegar a uma conciliação. Mas foi no debate público que o movimento em prol das florestas se mostrou mais vulnerável.

Na avaliação de Capobianco, Aldo Rebelo conseguiu simplificar um tema técnico para o público, da maneira que lhe convinha. A favor de seu relatório estariam os que desejam desenvolvimento com justiça social. Do lado contrário, os conspiradores vendidos ao capital internacional. Ao colocar o outro lado na defensiva, o deputado teria conseguido ditar os termos do debate. "Eu sou brasileiro, pô. Tenho que mostrar o meu RG? Como você faz pra sair dessa?", diz o ambientalista.

Sergio Abranches responde: "Se eu fosse militante, teria buscado dividir os ruralistas. Tentaria persuadir o agricultor moderno, os exportadores e os bons produtores a não se deixarem representar pelos maus. O ambientalismo tem que buscar se comunicar melhor e fazer uma política mais efetiva. Uma estratégia de coalizão, com aliados, é fundamental".

De fato, o chamado setor progressista do agronegócio passou em brancas nuvens durante todo o período. Entidades como a Associação Brasileira de Agribusiness (Abag) e Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) ficaram em cima do muro. O presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar, Marcos Jank, posicionou-se favorável à votação do relatório. E a única voz destoante que veio do campo foi a do senador Blairo Maggi, ironicamente, o ex-governador-da-motosserra.

Cabe lembrar o impacto causado, em 2009, pela manifestação das 22 maiores empresas nacionais e entidades privadas em favor da agenda climática, em carta aberta endereçada ao governo brasileiro. Não são poucas as análises que atribuem a esse gesto um peso decisivo na disposição do País em assumir metas quantificáveis de redução das emissões de carbono, apresentadas no final daquele ano.

Furtado e Capobianco enxergam um vácuo de liderança, tanto no setor empresarial quanto no universo político. Com a contenda do Código Florestal transposta para o Senado, as atenções estão voltadas para pelos menos duas lideranças possíveis: Jorge Viana (PT-AC), relator do mérito do projeto, e Eduardo Braga (PMDB-AM), ambos ex-governadores de estados amazônicos e identificados com a bandeira da sustentabilidade. Os ambientalistas, no entanto, não sabem ao certo o que esperar.

A noção de que a causa ambiental precisa de outros interlocutores além de seus militantes de raiz não é nova. Coincidentemente, Página22 publicou uma reportagem parecida com esta em 2008 ("A bandeira de origem", *edição 23*) em que propunha uma espécie de autoavaliação do socioambientalismo. "Não podemos mais ser um grupo, temos de lutar para ser um todo", dizia Marina Silva. Desta vez, tanto a ex-ministra quanto Guilherme Leal, candidato a vice na chapa do PV, não atenderam o nosso pedido de entrevista.

A candidatura do PV à Presidência em 2010 representou uma espécie de desaguadouro para uma percepção que já rondava o debate sobre desenvolvimento sustentável, tempos atrás. A de que era preciso intervir ou pelo menos influenciar a esfera política formal.

A articulação de jovens não institucionalizados que evoluiu para o Movimento Marina Silva aclamava a candidatura antes mesmo de a então senadora deixar o PT. Ao mesmo tempo, um grupo de ambientalistas históricos em conjunto com intelectuais e empresários esboçava um movimento chamado "Brasil com S", que concentrou esforços na criação da plataforma do PV e mais tarde se consolidaria no Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), ONG fundada por Marina.

De certa forma, o dilema político se reapresenta agora. Ainda que a maioria da população brasileira se oponha à anistia no campo e a novos desmatamentos, como parece demonstrar a recente **pesquisa Datafolha**, o resultado no Congresso segue outra direção. Mesmo com toda a mobilização e holofotes voltados para Belo Monte, o governo e o Ibama seguem o seu roteiro.

"Se o voto no Brasil é cada vez mais urbano, e quanto mais urbano mais simpático à nossa causa, como se explica essa derrota?", questiona Fabio Feldmann. Primeiro parlamentar a ser eleito com uma agenda inteiramente ambiental, à época da Constituinte, Feldmann diz que seria impossível repetir o mesmo fenômeno hoje. "Acabou candidato de opinião no Brasil. As campanhas custam 5 milhões, 6 milhões (*de reais*) para deputado federal. Quem não tem aliança com algum setor empresarial ou com agentes políticos tradicionais dificilmente se elege." O ambientalista ainda avalia que a costumeira neutralidade das entidades do Terceiro Setor quando chega a época de pleito também contribui para que a agenda ambiental gere menos dividendos eleitorais.

Esta reportagem ouviu uma longa fieira de ansiedades desse tipo. Marijane e Capobianco demonstram grande preocupação com o Ministério do Meio Ambiente, que teria um perfil baixo, técnico e não político, portanto incapaz de fazer frente a outras forças no interior do governo. A professora ressalta que a atual configuração de alianças do Planalto, num contexto de oposição enfraquecida, faz com que a permissividade ambiental prevaleça com mais facilidade. E tudo leva Adriana Ramos a dizer que a reforma política deveria ganhar "prioridade absoluta" na agenda da sociedade civil, ambientalistas incluídos.

Como o movimento pela sustentabilidade vai reagir a esse cenário de inquietações políticas ainda não está claro. O impasse sobre a **democratização das estruturas do PV** certamente é um complicador, mas o desafio que se impõe extrapola os limites da política tradicional. É o que defende Maria Alice Setubal, atual presidente do IDS: "O modelo segundo o qual os partidos governam é do século XIX. Essa estrutura obviamente não está dando conta de representar essa *multitude*, em que o jovem e a diversidade são a cara deste novo século".

A entidade ainda não deu seus primeiros passos concretos, mas aponta para ocupar um espaço novo no contexto das organizações sociais. Quer aglutinar ideias sobre política e sustentabilidade de um modo com o qual as barreiras que dividem a atuação em temas – meio ambiente, educação, saúde etc. – sejam

Mais de 80% dos entrevistados preferem priorizar a proteção de florestas e rios, ainda que isso penalize a agricultura. A maioria (77%) também é contra a isenção de multas e da obrigação de repor florestas desmatadas ilegalmente

Refere-se ao embate entre o grupo de Marina Silva, que queria eleições internas, e o grupo do atual presidente do partido, José Luiz Penna, que recusou a proposta





rompidas. “A sustentabilidade é isso. É ‘*inter* ONGs’, ‘*inter* pessoas’, ‘*inter* assuntos’. E como sociedade civil ainda estamos buscando esse passo”, diz Maria Alice, ela mesma uma recém-chegada ao debate ambiental, após anos de militância pela educação básica.

Para a juventude que se articulou em 2010, a combinação de antigas e novas formas de atuação passa longe da estranheza. Há demanda, por exemplo, pelo bom e velho trabalho de base, segundo Cassio Martinho, o especialista em redes: “O PT até hoje é um partido que tem âncora na sociedade porque organizou bases. Talvez hoje não funcione mais o modelo cooptado pelo sistema parlamentar, mas isso foi feito no passado e nós não fazemos. A palavra que me vem à cabeça é organização, mas não aquela de cúpula, com apenas gente da classe média alta bem informada”.

Talvez o alcance das novas tecnologias, que potencializam essa organização espontânea dentro e fora das redes sociais, possa oferecer os mecanismos modernos do trabalho de base, da disseminação de causas. Rangel Arthur Mohedano, um dos integrantes do movimento, lembra que, se toda a mobilização que eles fizeram tivesse sido fruto de trabalho contratado, teria custado uma pequena fortuna. A geração cujos valores se expressam em colaboração e compartilhamento também faz emergir o valor do capital social. “Por que estamos perdendo todas? Porque as ferramentas políticas estão do outro lado: o dinheiro, o *lobby*... Mas nós temos outras ferramentas, que eles não têm. Nesse sentido, acho que a História está do nosso lado.”

No entanto, Eduardo Rombauer, um dos principais articuladores do Movimento Marina Silva, está preocupado com o que considera uma dispersão das energias que se combinaram em 2010, oriundas das ONGs, do PV, e de centenas de indivíduos dentro e fora do círculo ambientalista. Diz que o balanço da experiência ainda não foi realizado e que os novas iniciativas enfrentam dificuldades para avançar, à espera de uma articulação mais ampla. O movimento até poderia decolar isoladamente, mas não é isso que eles desejam. “Pessoalmente, eu não tenho mais energia para ações fragmentadas. Criamos uma força política nova e precisamos dar continuidade a esse legado juntos.”

O suspense que paira sobre “a nova forma de fazer política” é o mesmo que revela lacunas na produção de conhecimento. Segundo Fabio Feldmann, a agenda da sustentabilidade ainda carece de mais tangibilidade, aquela dos cálculos, dos argumentos concretos, das soluções maduras e plenamente aplicáveis. Para ele, a derrota na votação do Código Florestal na Câmara dos Deputados demonstrou a força de um desfecho conhecido – a flexibilização e a anistia – *versus* o ineditismo do que poderia ser uma agropecuária sustentável.

Se há tudo por fazer, diz Abranches, isso também é indicativo de que estamos vivendo um período de transição. Ainda bem, já que transitar é o contrário da estagnação. Talvez o diagnóstico possa ser traduzido no famoso **paradoxo de Gramsci** : uma velha ordem agoniza enquanto uma nova ordem ainda não foi capaz de nascer. Ainda.

Antonio Gramsci (1891-1937), cientista político italiano e comunista, observou que o começo do século XX anunciava a fragilidade do sistema capitalista, mas que a manutenção das mentalidades, sobretudo nas escolas, impedia o surgimento de uma nova ordem

[ARTIGO]

Sangue de boi

Maior vetor de desmatamento da Amazônia, a pecuária mostra estreita relação com a retirada de madeira ilegal e recai na falta de regularização fundiária **POR MALU VILLELA* E CAROLINA REIS****



Não é de hoje que a discussão sobre os vetores de desmatamento e degradação da Amazônia desperta interesse, em busca dos pontos de inflexão para transformar essa realidade. A madeira já foi tida como principal vilã e grande responsável por abrir caminhos a outras atividades econômicas. De lá pra cá, a agropecuária, a soja, o carvão, as hidrelétricas e a siderurgia na Amazônia tornaram esse cenário muito mais complexo e intricado. Mas é a indústria da pecuária na Amazônia brasileira que figura hoje como o maior vetor de desmatamento, chegando a ocupar 80% das áreas devastadas, segundo dados do governo federal. O País possui o maior rebanho comercial e é o maior exportador mundial de carne.

Há áreas já desmatadas que poderiam abrigar novos rebanhos, mas a instalação da cultura bovina continua atrelada à devastação da floresta, por ser muitas vezes realizada de forma irregular. A maior parte do crescimento do rebanho tem-se dado nos estados de Mato Grosso, Pará e Rondônia, justamente onde as taxas de desmatamento são maiores. O aumento desordenado e irregular da atividade deve-se em grande medida ao modelo de criação extensiva, que chega a abrigar uma cabeça de gado por hectare – o que demanda cada vez mais terras para serem transformadas em pastos.

“Historicamente, a biodiversidade não vale nada para o produtor”, afirma o coordenador de campanhas do Greenpeace, André Muggiati. Segundo ele, quando a produtividade da cafeicultura começou a cair no Vale do Paraíba, as lavouras iniciaram migração para o Oeste do interior de São Paulo. “A elite política está reproduzindo um padrão do século retrasado, querem nos condenar ao atraso.”

Os impactos sociais e ambientais desse modelo de produção são altamente nocivos. Além das emissões de carbono geradas pela derrubada da mata que será invadida, há o processo de “limpeza” da área, realizado por meio de queimadas promovidas, muitas vezes, por trabalhadores em condições análogas às de escravo. A madeira retirada da região, além de financiar o processo de “limpeza”, é utilizada na construção das instalações para o rebanho, como currais e cercas. Mas o problema da emissão de carbono não se esgota na madeira, uma vez que os gases de efeito estufa expelidos pelo gado corresponderam, somente na última década, a 12 bilhões de toneladas de CO_2.

A constatação de que a abertura de pastos é o maior vetor de desmatamento vem fazendo com que o cerco jurídico da responsabilização se feche em torno dos envolvidos, o que inclui grandes redes varejistas nos polos de consumo.

O movimento foi disparado pelo relatório *Farra do Boi*, lançado pelo Greenpeace em 2009, que revelou como a parceria perversa entre a indústria do gado e o governo brasileiro estava contribuindo para o aumento no desmatamento no Brasil, além de empregar trabalho escravo e promover a invasão de terras indígenas. No mesmo ano, o Ministério Público Federal do Pará, o Ibama e o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), em resposta ao relatório, passaram a rastrear a atividade pecuária na Amazônia, iniciando uma busca pelas empresas na cadeia pecuária, que sustentam indiretamente o desmatamento da floresta.

A necessidade de ação em todas as pontas da cadeia mira a responsabilização por danos ambientais de todos os agentes econômicos envolvidos, sendo essa uma das formas de incentivar a regularização da cadeia da pecuária que promove a devastação. Essa visão ampla da cadeia produtiva é fundamental para que se busquem ferramentas de coibição e controle de ilicitudes ambientais, além de apresentar aos consumidores o impacto que o consumo da carne sem o rastreamento de sua origem possui. E é na origem que ainda mora o principal desafio, a regularização fundiária, que tem avançado muito timidamente por meio de programas como o Terra Legal, do governo federal, e numa velocidade incompatível com as necessidades da região.

O esforço de regularizar as propriedades é bem-visto por André Nassar, diretor-geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone). “É preciso regularizar os produtores. Se você não puder responsabilizar os pecuaristas pelo que fazem, nada vai mudar”, diz. Sem dar esse passo, grandes pecuaristas vão continuar ganhando com o atraso ao assediar, cooptar e até eliminar fisicamente todo e qualquer cidadão que dificulte o uso indiscriminado da terra.

* COORDENADORA DO PROJETO REDE AMIGOS DA AMAZÔNIA E COAUTORA DO LIVRO *MADEIRA DE PONTA A PONTA*.
** PESQUISADORA DO PROGRAMA DE CONSUMO SUSTENTÁVEL DO GVCES.

ACESSE, NA VERSÃO DIGITAL DESTE ARTIGO EM FGV.BR/CES/PAGINA22, RELATO E IMAGENS DE OPERAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL DE APREENSÃO DE MADEIRA ILEGAL



Nó górdio à **amazônica**

Os problemas do uso do solo na região subvertem a lógica mais elementar. Para descobrir as soluções, é preciso seguir os fios que formam esse novelo e impedem seu pleno desenvolvimento

POR FÁBIO RODRIGUES FOTOS LUÍS MOURÃO

Nos tempos míticos, a Frígia – no território conhecido como a Ásia Menor, hoje na região central da Turquia – foi governada por Górdio, um rei que ficou famoso por inventar um nó tão elaborado que o Oráculo de Apolo ofereceu seu trono a quem conseguisse desatá-lo. O nó permaneceu invicto por 500 anos até que, em 334 a.C., Alexandre, o Grande, decidiu ver o prodígio e, após passar um bom tempo tentando resolvê-lo, sacou a espada e liquidou a questão com um golpe preciso. Em certa medida, a conservação da Amazônia é o nó górdio de nossa geração. Não que estejamos advogando que a solução virá no fio da espada – nada de bom viria disso! –, mas precisamos de soluções disruptivas. Especialmente com um furacão se armando no horizonte.

Há poucas semanas, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês) publicou um relatório chamado *Perspectivas Agrícolas 2011-*

2020 [1], no qual prevê que as commodities agrícolas vão ficar nas alturas pela próxima década. Considerando-se a forma torta como o Código Florestal vem sendo debatido, a projeção de alta no preço dos alimentos dá aos defensores da produção a todo custo munição fresquinha com a qual abater a oposição.

PLANTANDO NOS VAZIOS

Acontece que há vários anos circula pelo Planalto a tese de que dá para multiplicar a agricultura brasileira sem avançar – ainda mais – sobre a vegetação nativa. Bastaria colocar as áreas já desmatadas para produzir de verdade. De tão popular, essa tese virou premissa também do Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo lançado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em maio do ano passado.

Embora por aqui seja considerado um produto de importância menor, o **óleo de palma** corresponde a quase um terço do mercado mundial de óleos vegetais. Mesmo assim, segundo conta o técnico do Departamento de Cana-de-Açúcar e Agroenergia do Mapa, João Abreu, o programa federal resolveu limitar a expansão dessa cultura às áreas aptas ao plantio que tivessem sido declaradas antropizadas pelo **Prodes** antes de 2007. Com isso, chegou-se a quase 32 milhões de hectares – a maioria deles na Região Norte –, nos quais a palma poderia ser plantada sem derrubar uma árvore. Existe até um projeto de lei (PL nº 7.326/10) que pretende proibir o plantio fora dos limites determinados pelo Zoneamento Agroecológico.

Nada mais, nada menos que o popular azeite de dendê, amplamente usado na culinária baiana

Projeto do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais que acompanha o ritmo do processo de desflorestamento da Amazônia Legal

Esse exemplo reforça a ideia de que usar áreas subutilizadas para aumentar a produção agrícola é do mais elementar bom senso. Logo de cara temos 24,1 milhões de hectares disponíveis. Segundo o IBGE, esse é o tamanho da área da Amazônia Legal desmatada até 2002 e que foi simplesmente abandonada sem uso produtivo. Isso representa mais ou menos um terço de toda terra antropizada na região até aquele ano. Embora tenham quase uma década, os dados só foram divulgados pelo instituto no começo do mês passado [2] e devem compor o primeiro conjunto de uma base de dados que, até 2014, vai permitir a comparação de dados sobre geologia, relevos, solos e vegetação do país inteiro.

Essa é só a proverbial ponta do iceberg. Conforme ressaltado pela reportagem "Sr.(a). Presidente" (*edição 45 de* Página22), a produtividade da pecuária brasileira beira o mau gosto.

Um levantamento publicado pelo professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), Gerd Sparovek, indica que, do universo de 850 milhões de hectares do País, o setor agropecuário ocupa 275 milhões, dos quais 211 milhões são pastos. Levando-se em conta que o rebanho bovino brasileiro está em 205 milhões de cabeças, temos uma ocupação média de 0,97 cabeça por hectare. É muito pouco. Uma elevação modesta para, digamos, 1,5 cabeça liberaria 74,5 milhões de hectares para a lavoura.

A pergunta é: por que isso não acontece?

"É A ECONOMIA, ESTÚPIDO"

"Tem a ver com a lógica da reprodução do capital no campo", opina o secretário de Desenvolvimento Rural Sustentável, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Roberto Vizentin. Ele reconhece que há contradições entre o bem-intencionado discurso de crescer sobre as áreas improdutivas e a persistência do avanço da fronteira agrícola. "A FAO fez projeções muito promissoras para o setor agrícola. Nesse sentido, acho até compreensível que apareça essa ideia de incorporar novas áreas, afinal, esse tem sido o modelo hegemônico. Acontece que, na verdade, desmatamos áreas o bastante para mais que dobrar a produção", pontua, ressaltando que ainda falta uma política agrícola realmente adaptada ao bioma amazônico.

Na falta desta, tudo vira uma questão de arbítrio dos custos. "Sai mais barato desmatar uma área nova do que investir em produtividade", resume o coordenador de campanhas do Greenpeace, André Muggiati. O Greenpeace desempenhou papel fundamental para desvendar as conexões entre o crescimento da pecuária brasileira e o desmatamento na Amazônia. O relatório *Farra do Boi,* publicado em junho de 2009, colocou os frigoríficos brasileiros em uma saia justa ao apontar que o gado tinha sido o fator individual mais importante para que o ritmo do desflorestamento chegasse a indecorosos 27.700 quilômetros quadrados em 2004.

Diretor-geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone), André Nassar vai nessa mesma direção ao afirmar que, colocados em uma curva, o desmatamento e o crescimento do rebanho brasileiro "são quase irmãos gêmeos". "Eles cresceram em ritmos parecidos até 2005 e, depois, começaram a cair", analisa, acrescentando que o desmatamento funciona como uma espécie de salvaguarda à ineficiência dos criadores amazônicos ao segurar os custos de produção lá embaixo. "A pecuária na Amazônia era muito barata, porque seu único investimento era abrir as áreas e ainda dava para vender a madeira para se financiar", completa. (*mais em artigo à pág. 33*)

Explorando dessa forma os recursos ambientais, os criadores conseguem se capitalizar e viabilizar um modelo de pecuária que consiste em deixar a boiada solta pelo pasto. Aumentar a produção? Basta abrir novas áreas! E, mesmo que o solo da floresta perca fertilidade com rapidez, isso não vem a ser um problema, porque o produtor acumula um patrimônio considerável na forma de terras que compensa a perda de faturamento.

Para dar uma ideia de quanto a terra pode render, dados da consultoria AgraFNP reproduzidos em um estudo do Icone informam que, no estado do Acre, um hectare de floresta saltava de R$ 185 para R$ 2.400 assim que era convertido em pasto – uma valorização de nada menos que treze vezes. Comercialmente falando, "fabricar" e "estocar" áreas subutilizadas na Amazônia Legal é um *negocião.*

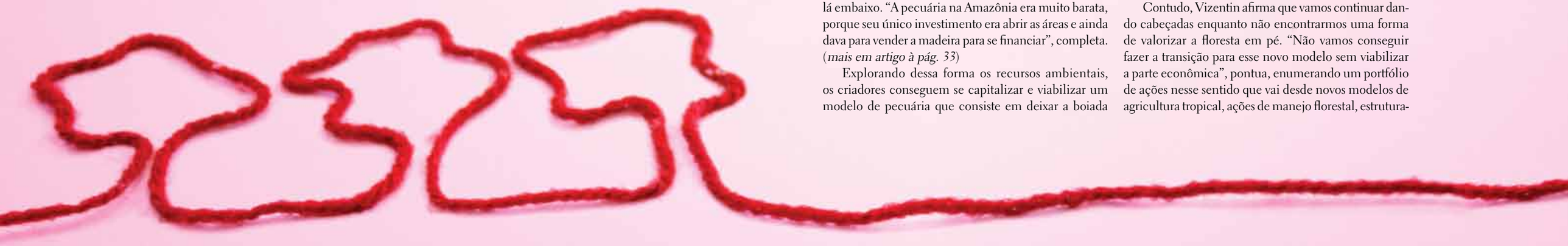
Enquanto essa (ir)racionalidade econômica se mantiver, será difícil quebrar o ciclo vicioso. Nassar, contudo, vê alguns sinais animadores. Depois de mais de uma década crescendo, o rebanho brasileiro começou a se estabilizar, e isso diminui a pressão para a abertura de novas áreas – o que, somado aos avanços recentes na fiscalização dos grandes desmatamentos via satélite, ajuda a explicar por que o ritmo da devastação despencou para menos de 6,5 mil quilômetros quadrados ano passado. "Quando seu rebanho para de crescer, como pecuarista você só vai ganhar mais dinheiro se produzir mais", comemora.

Se é mesmo esse o caso, Muggiati aponta que há um bocado de espaço para avanços, desde que haja os incentivos corretos – como financiamento e assistência técnica. "No Acre, a Embrapa desenvolveu um mecanismo de rotação de pastagens em que a produtividade chega a três cabeças por hectare", aponta o ativista.

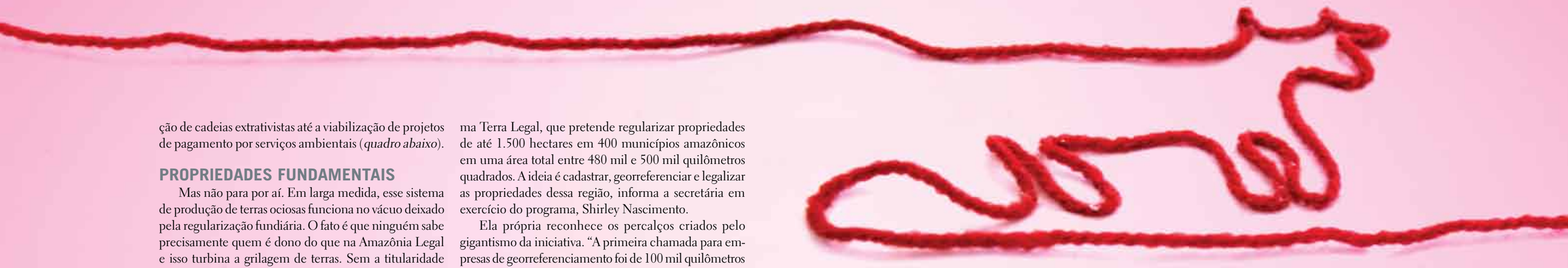
Contudo, Vizentin afirma que vamos continuar dando cabeçadas enquanto não encontrarmos uma forma de valorizar a floresta em pé. "Não vamos conseguir fazer a transição para esse novo modelo sem viabilizar a parte econômica", pontua, enumerando um portfólio de ações nesse sentido que vai desde novos modelos de agricultura tropical, ações de manejo florestal, estrutura-

Na falta de política agrícola para o bioma, tudo vira arbítrio de custos: sai mais barato desmatar que investir em produtividade

[1] O relatório está disponível na íntegra em goo.gl/Gaauw [2] A íntegra do estudo *Geoestatísticas de Recursos Naturais da Amazônia Legal* pode ser baixada em: goo.gl/9v4g1



Um fator pouco lembrado é conquistar a adesão da população local, que não se dispõe a consertar sozinha o estrago alheio



ção de cadeias extrativistas até a viabilização de projetos de pagamento por serviços ambientais (*quadro abaixo*).

PROPRIEDADES FUNDAMENTAIS

Mas não para por aí. Em larga medida, esse sistema de produção de terras ociosas funciona no vácuo deixado pela regularização fundiária. O fato é que ninguém sabe precisamente quem é dono do que na Amazônia Legal e isso turbina a grilagem de terras. Sem a titularidade definitiva, fica difícil estimular os agricultores a investir em propriedades que, no fim das contas, podem acabar sendo tiradas deles a qualquer momento.

Para tentar atacar o problema, no começo de 2009 o Ministério do Desenvolvimento Agrário criou o Programa Terra Legal, que pretende regularizar propriedades de até 1.500 hectares em 400 municípios amazônicos em uma área total entre 480 mil e 500 mil quilômetros quadrados. A ideia é cadastrar, georreferenciar e legalizar as propriedades dessa região, informa a secretária em exercício do programa, Shirley Nascimento.

Ela própria reconhece os percalços criados pelo gigantismo da iniciativa. "A primeira chamada para empresas de georreferenciamento foi de 100 mil quilômetros lineares. Cerca de 70% das empresas não deram conta do volume de trabalho", diz. Mesmo assim, a secretária garante que já tem resultados positivos. "Já temos 90 mil propriedades cadastradas, 15 mil medidas e, há pouco tempo, lançamos uma segunda chamada para o georreferenciamento de 143 mil quilômetros lineares", comemora. Com isso, ela espera encerrar o ano com 50 mil propriedades medidas e 20 mil títulos de posse entregues. Os números grandes impressionam, mas, nas contas do ministério, as 90 mil propriedades cadastradas representam cerca de 110 mil quilômetros quadrados. É pouco mais de um quinto da meta do programa.

Regularizar a situação da terra na Amazônia vai bem além do que resolver um problemão de ordem burocrática. A informalidade é um *hub* no qual se conectam vários dos entraves ao uso racional da terra. Sem a posse, por exemplo, os agricultores não têm como acessar financiamentos bancários e programas governamentais – o **Pronaf**, por exemplo – que poderiam ter um impacto significativo na realidade da região. Sem poder investir em melhorias, cedo ou tarde esses agricultores cedem à tentação de voltar-se para alternativas na ilegalidade.

Isso sem contar que, na falta de um mapa que diga quem é dono do que, fica impossível atribuir responsabilidades para quem desmata além da conta. Com a regularização, isso acaba. "O **Sipam** faz um relatório bimestral que nos permite saber se tem alguém desmatando dentro das áreas já regularizadas", explica a servidora.

CORAÇÕES E MENTES

Há outro fator pouco lembrado, mas fundamental para que qualquer plano seja bem-sucedido na Amazônia: conquistar a simpatia e a adesão da população local. Embutido no pensamento de muitos ambientalistas há uma premissa que não agrada a quem vive às margens das florestas – a de que essas populações precisam matar no peito os custos ambientais do desenvolvimento econômico alheio e preservar a natureza que os outros devastam.

Autor de um projeto de serviços ambientais que conseguiu a proeza de unir as bancadas ambientalistas e ruralistas, o ex-deputado federal e atual secretário da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária de Rondônia, Anselmo de Jesus, exaspera-se com a ideia de que "um estado tem de preservar pelo outro e um país tem de preservar pelo outro". "O Sul e o Sudeste desmataram tudo e a Amazônia é que terá de pagar? É injusto!", polemiza, acrescentando que o pagamento por serviços ambientais pode ajudar a resolver o impasse.

Oferecer alternativas claras e sérias de inserção econômica para que essas pessoas possam melhorar seus padrões de vida – e não apenas mantê-las na faixa da subsistência – é um ponto nevrálgico sem o qual as batalhas políticas em nível local podem reverter todos os ganhos que o movimento ambientalista já dava por consolidados. Um caso recente é o Zoneamento Econômico-Ecológico de Mato Grosso, que, segundo o Ministério Público Estadual, eliminou mais de 85% das áreas protegidas mato-grossenses.

"Temos uma visão romantizada da vida nas comunidades do interior da Amazônia. Há pouco estive em Nova Ipixuna, onde visitei o **Assentamento Agroextrativista de Piranheira**, e o que vi lá é que essas pessoas querem mais agilidade, agricultura mecanizada, projeto de farinheira... era essa a pauta do Zé e da Maria. Precisamos ampliar o horizonte do que queremos fazer das áreas da Amazônia", diz Vizentin, do MMA. PZZ

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar foi criado para oferecer linhas de crédito facilitadas para que pequenos agricultores melhorem suas lavouras e, consequentemente, sua renda

O Sistema de Proteção da Amazônia é mantido pelo Ministério da Defesa, que tem a missão de integrar e gerar informações atualizadas sobre a Amazônia Legal

Assentamento que se tornou notoriamente trágico depois do recente assassinato do casal de líderes extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva em 24 de maio, no Pará

Pagamento por serviços ambientais: uma saída com longo caminho pela frente

Monetizar os serviços que a natureza presta é uma das tentativas de fazer o sistema econômico ter interesse em conservá-la. Pense, por exemplo, quanto valeria financeiramente o regime de chuvas que faz as lavouras crescerem e abastecem os reservatórios de água das grandes cidades. Aí que entra uma série de iniciativas promissoras na área de remuneração dos serviços ambientais, voltados para encontrar formas de compensar os responsáveis por conservar esses serviços.

O PL nº 792/07, de autoria do ex-deputado federal Anselmo de Jesus, conseguiu o impensável, ao ser votado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural em maio de 2010: unir ambientalistas e ruralistas em torno de uma aprovação unânime. A proposta ainda levará meses para chegar ao Plenário, e ainda há complexidades enormes a resolver antes dos primeiros cheques serem assinados. Exemplos: de onde sairá o dinheiro e quais serão os critérios para que ele seja repartido.

Mas alguns estados também ensaiam projetos nesse sentido. Desde 1993, São Paulo distribui o equivalente a 0,5% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços entre municípios que tenham parte de seu território protegida por Unidades de Conservação. Em 2010, repartiu mais de R$ 92 milhões entre 185 cidades.

Há também o Projeto Mina D'água, que vai remunerar os produtores rurais por preservarem nascentes. Segundo a coordenadora de biodiversidade da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, Helena Carrascosa, o programa surgiu da constatação de um paradoxo nos municípios do Sistema Cantareira. "São cidades que não podem produzir quase nada por terem muitas restrições ambientais. Mas são elas que produzem água para a Região Metropolitana de São Paulo. Se isso não for um serviço importante, o que é?"

Essa constatação levou ao desenho de um piloto em 2006 que resultou no atual programa. Mas os pagamentos não são particularmente elevados: R$ 75 por hectare a R$ 300 por ano em função da área e do tipo de serviço ambiental gerado.

E há ainda o dinheiro que poderá chegar ao País por meio do Redd – mecanismo que permite aos países desenvolvidos compensar suas emissões de carbono financiando a manutenção das florestas em países emergentes –, mas este ainda tem um extenso caminho a percorrer antes de se consolidar.



Remake

Vista de longe, Belo Monte é uma das obras que querem acenar para um país moderno. Mas basta se aproximar para reviver o roteiro que se repete há 50 anos POR **GISELE NEULS**

Entre o fim dos anos 1960 e início dos 1990, notícias que corriam boca a boca sobre novas obras e aberturas de garimpo corriam feito rastilho de pólvora entre as pessoas em busca de qualquer oportunidade de trabalho e de renda. A corrida levou o caos a muitos municípios do Norte do País, que pareciam dobrar de tamanho da noite para o dia. Surtos de malária e violência aterrorizavam a população; o dinheiro parecia estranhamente abundante e ao mesmo tempo volátil; os já tímidos esforços de planejamento urbano e econômico viravam pó.

O mesmo filme se repetiu cidade após cidade. O velho roteiro, em uso há mais de 50 anos, ganhou alguns retoques, mas segue produzindo longas-metragens incrivelmente polêmicos. Que o diga Altamira, no Centro-Sudoeste do Pará, principal município na área de influência da mega-hidrelétrica de Belo Monte. (*mais na reportagem "Caravana Sem Fim", na edição 39*)

A migração de trabalhadores em busca de oportunidades intensificou-se desde que Belo Monte ganhou sua licença prévia, em março de 2009 (a licença de instalação foi obtida em junho passado). Não há um número oficial, mas os sintomas do aumento abrupto da população já são sentidos no trânsito, na saúde, na educação, na cesta básica e na segurança pública de Altamira. Pelas contas da coordenadora do **Movimento Xingu Vivo para Sempre**, Antônia Melo, o crescimento da população foi de cerca de 20% nesse período. "Todos os dias chega ônibus cheio de gente. Não existe emprego para ninguém na cidade e ainda chega mais gente."

Todos os relatos ouvidos por nossa reportagem apontam para os mesmos sintomas. Ocorrem mais acidentes de trânsito, pois a malha urbana não estava estruturada para a maior circulação de veículos e, somente agora, a cidade recebeu seus primeiros semáforos. O sistema público de saúde, que já era precário, está sobrecarregado. Há crianças fora da escola por falta de vagas. Os

O Movimento Xingu Vivo para Sempre reúne mais de 250 organizações, de movimentos sociais e ambientalistas locais, estaduais, nacionais e internacionais, que se opõem à instalação de Belo Monte. Saiba mais em xinguvivo.org.br



aluguéis dispararam e os hotéis estão constantemente lotados. O comércio local não está preparado para atender o crescimento da demanda e os preços da cesta básica subiram.

A violência e a prostituição também aumentaram e o presídio regional está superlotado. "Tem dias que a polícia não atende chamados porque não tem gasolina para as viaturas", relata Antônia Melo. "É pior que a febre do ouro, porque naquela época não tinha controle algum, não tinha governo. Esse projeto de Belo Monte tem um dono, é do governo, que com todo seu aparato não consegue controlar o que está acontecendo."

A prefeita Odileia Maria de Souza (PSDB), em seu segundo mandato, confirma a sobrecarga nos serviços de saúde e educação e culpa o governo federal. "Nós pensamos que o governo fosse preparar o município para receber um empreendimento desses, mas, até agora, isso não aconteceu." Segundo a prefeita, foi firmado em novembro um acordo emergencial com a Norte Energia S.A. (Nesa), consórcio responsável pelo empreendimento, para a construção de quatro postos de saúde, mas apenas recentemente se deu o início das obras de um deles. O município demanda a ampliação de dez escolas e a construção de sete novas. Destas, duas começaram a ser construídas.

Com 85% de seus quase 100 mil habitantes vivendo

O roteiro das megaobras se repete

1970-1973 – Transamazônica (BR-230)
Uma das obras faraônicas do governo militar na década de 1970, a estrada planejava ligar a costa atlântica ao Peru e, no caminho, favorecer a colonização da Amazônia com o modelo de agrovilas, um dos mais estrondosos fracassos da política desenvolvimentista da época. Abandonada sem a conclusão do asfalto, hoje possui trechos intransponíveis durante até seis meses, por causa das chuvas. Em vez de desenvolvimento, foi vetor de desmatamento e conflitos por terra. O trecho final, até o Peru, nunca foi aberto.

1974-1984 – Tucuruí
A construção começou em 1974, no centro do Pará, e até hoje é fonte de controvérsia. Seus críticos afirmam que a maioria dos benefícios da energia vai para empresas de alumínio, que geram pouco emprego localmente. Provocou desaparecimento da pesca artesanal e reassentou apenas parte da população afetada. Surtos de malária e outros mosquitos infernizam até hoje a população mais próxima ao lago. Inundou partes de três Terras Indígenas e suas linhas de transmissão cortaram outras quatro.

1980-1988 – Balbina
Construída no Rio Uatumã para fornecer energia elétrica a Manaus. A capacidade instalada de suas cinco turbinas é de 250 MW, mas a vazão média do rio no local do barramento dá conta de menos da metade disso. A obra mudou o traçado de parte do rio, a área alagada provocou deslocamento dos índios Waimiri-Atroari e a decomposição da floresta submersa comprometeu a qualidade da água de afluentes, acabando com a pesca. Entrou em operação parcial em 1988. É considerada um dos maiores desastres ambientais do País.

1999-2005 – Barra Grande
Construída na Bacia do Rio Pelotas, em Santa Catarina, é um ícone das falhas nos processos de licenciamento, cujo Relatório de Impacto Ambiental caracterizou mais de 2 mil hectares de floresta primária de araucárias como capoeira. A batalha jurídica das entidades ambientalistas contra a hidrelétrica teve muitos capítulos ao longo da construção da obra e, no fim, venceu a lógica do fato consumado. Barra Grande recebeu a licença de operação em 2005.

2010 – Jirau
Parte do Complexo do Rio Madeira, em Porto Velho, Jirau deu recentemente uma mostra de conflitos com trabalhadores que um grande empreendimento pode ter. Incêndios e depredação no canteiro de obras expuseram os dramas humanos vividos por trabalhadores que migram em busca de trabalho. (*leia entrevista com o empreendedor da obra à pág. 18*)

Rodovia Porto Velho-Manaus (BR-369)
Foi construída entre 1971 e 1973 ligando as duas capitais, com a justificativa de escoar a produção da Zona Franca de Manaus. Nunca teve muito tráfego de cargas, pois o transporte é mais barato por meio de navios. Abandonada e retomada pela floresta, teve sua reconstrução incluída no PAC e causou alvoroço, pois seu traçado facilita o acesso a áreas conservadas. O Estudo de Impacto Ambiental da obra ainda está sob análise pelo Ibama.

Ferrovia Transcontinental
Ligaria o litoral fluminense ao Peru, passando pelo Parque Nacional Serra do Divisor, no extremo oeste do Acre, uma área de altíssima concentração de biodiversidade. Tem sido considerada pelo governador do Acre como a melhor alternativa à construção de estradas para escoamento da produção do estado.

PCHs no Pantanal
Atualmente existem 29 barragens implantadas na região, e a previsão é de que o número aumente para 116. Sua construção é um dos principais vetores de desmatamento do bioma e, em conjunto, poderão alterar drasticamente os pulsos de inundação que fazem do pantanal o que é. Como os licenciamentos são individuais, não se tem uma visão do conjunto do impacto das barragens sobre o bioma.

(*Mais semelhanças entre obras passadas e atuais à pág. 46*)



CHRISTIAN KNEPPER

"Mudar formas de licenciamento e compensação financeira é complexo. Mas há coisas simples que também podem ser feitas", diz pesquisadora

na área urbana, Altamira não possui coleta de esgoto e deposita todos os seus resíduos em um lixão a céu aberto. A prefeitura começou a projetar um aterro sanitário em 2005. Há pouco concluiu o processo de licenciamento para sua construção, que também consta do acordo emergencial com a Nesa, mas, até o fechamento desta reportagem, o aterro ainda não havia saído do papel.

PLANEJAMENTO DEFICIENTE

Construir escolas, postos de saúde e aterro está longe de resolver o problema de sobrecarga nos serviços básicos, já que, para fazer essas novas estruturas funcionarem, o município precisará de mais servidores. A prefeita, Odileia Maria de Souza, diz que recursos humanos para preencher esses postos de trabalho não faltam em Altamira, o que falta é dinheiro para ampliar a folha de pagamento.

Se a usina for construída, os onze municípios afetados diretamente por Belo Monte deverão receber ao todo uma compensação financeira anual de R$ 88 milhões por parte da Nesa. Mas, enquanto se espera pelo desfecho dessa história, os problemas vão-se agravando.

Daniela Gomes Pinto, pesquisadora do Programa de Desenvolvimento Local do GVces, lembra que os impactos sociais são de médio e longo prazo e difíceis de medir, mas que não precisamos esperar para saber o que vai acontecer. A história das grandes obras é recheada de exemplos dos mais diversos tipos de problemas que elas detonam, muitos deles extremamente desafiadores.

A construção de instalações e o volume de arrecadação são componentes importantes para enfrentar a sobrecarga nos serviços públicos, mas a contratação de novos servidores pode esbarrar na falta de recursos humanos locais capacitados.

Em geral, os municípios hospedeiros não têm um preparo prévio diante da perspectiva de enfrentar as mudanças profundas que essas obras representarão em suas dinâmicas ambientais, sociais e econômicas.

O aumento da receita tributária e as compensações financeiras não chegam aos cofres públicos a tempo de dar conta das carências imediatas de saúde, saneamento e assistência social. "Estamos falando de desafios como mudar o processo de licenciamento, a forma como são feitas as compensações financeiras. Isso é muito complexo. Mas tem muitas coisas simples que também podem ser feitas."

Ao longo de sua experiência com indicadores de sustentabilidade e impactos socioeconômicos de grandes empreendimentos, Daniela identifica algumas medidas que, se tomadas já no início da discussão dos empreendimentos, contribuem para reduzir o drama social que se instala junto com os canteiros de obras.

Um exemplo é o preparo dos pequenos negócios para dimensionar adequadamente seus investimentos. Os comerciantes locais se entusiasmam com a chegada de grandes obras, fazem empréstimos, abrem novos restaurantes, ampliam seus estabelecimentos para suprir a demanda dos canteiros de obras.

"Mas, muitas vezes, o empreendedor esquece de combinar sua política de responsabilidade com o departamento de compras, que é o responsável por efetuar as compras e ignora o mercado local", aponta Daniela. O resultado é frustração e endividamento, que poderiam ser bem menores com investimentos em apoio às associações comerciais.

Outro controle importante é a construção da infraestrutura a tempo de atender a demanda. "Muitas vezes o que acontece é que a escola, o hospital, o posto policial, tudo isso é inaugurado depois de a obra estar pronta, quando o *boom* de pessoas já passou, sobrando uma infraestrutura inchada para o poder público local gerir."

"Se benfeito, o estudo de impacto ambiental prevê minimamente quais mudanças acontecerão, daí já se deveria começar um planejamento regional, preparo de todos os envolvidos e intervenções no local", reflete. "Isso tudo tem que vir antes de a obra começar."

A concessão da licença de instalação de Belo Monte adicionou mais uma reviravolta ao desgastado roteiro de mais de 30 anos. O projeto de construção da hidrelétrica existe desde a conclusão do inventário do aproveitamento elétrico do Rio Xingu, em 1980. Seu primeiro estudo de viabilidade foi concluído em 1989, e entrou em hibernação até meados dos anos 1990, quando foi retomado pelo programa Avança Brasil, do governo Fernando Henrique Cardoso.

A polêmica sobre a inundação de áreas indígenas congelou novamente os planos, mas que foram retomados com força poucos anos depois, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo Lula.

Até a concessão das duas primeiras licenças, diversas entidades socioambientais e indigenistas se reuniam sob a bandeira única da luta contra a barragem. Com as licenças e os primeiros funcionários contratados já morando em Altamira, os ânimos se dividiram. A coordenadora do Movimento Xingu Vivo para Sempre não acredita no argumento do fato consumado e diz que o movimento vai seguir lutando para evitar a construção da hidrelétrica.

O pesquisador da Universidade Federal do Pará Rofolfo Salm vê mais problemas à frente. "Há anos, tem gente que diz que a construção de Belo Monte é inevitável, mas até agora ela não saiu. Uma coisa é conseguir as licenças, outra é realmente construir as barragens. Vai haver resistência", avalia Salm. Para ele, não há mitigação possível para os impactos do projeto. "A construção será uma tragédia. Não há como amenizar o fato fundamental de transformar o rio em um lago."

ACOMPANHAR DE PERTO

Adriana Ramos, do Instituto Socioambiental (ISA), entende que as licenças mostram a força de vontade do governo de construir a usina. Para Belo Monte não sair, o governo teria que mudar sua visão de que o custo do desenvolvimento implica abrir mão de certas questões sociais e ambientais, tais como as que estão em jogo nesse empreendimento. Por isso, a organização resolveu participar do comitê de acompanhamento da obra, que pode ser um observatório de implementação das condicionantes – as garantias mínimas de que a obra vai trazer algum desenvolvimento para a região.

Para a ativista do ISA, o governo já está muito comprometido com a realização da obra, independentemente até mesmo de seus impactos políticos. Tanto que ignorou a solicitação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) para suspender o processo de licenciamento da usina. "Belo Monte põe em risco a própria política externa brasileira, comprometendo a imagem do país que, ao mesmo tempo que solicita uma vaga no Conselho de Segurança da ONU, passa por cima de direitos humanos e dos povos indígenas", avalia Adriana.

E esse constrangimento internacional está prestes a se agravar. No início de junho, as entidades Conectas, Justiça Global e Sociedade Paraense de Direitos Humanos levaram o caso à 17ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, na Suíça. A esperança é de que a pressão internacional force o governo a rever sua posição sobre a usina. Depois da licença de instalação que permite a construção do canteiro de obras, resta saber se este filme conseguirá fugir ao previsível roteiro do fato consumado.

Embora não se dê a obra como fato consumado, comitê propõe monitorar as garantias assumidas para que a região tenha melhoras



CHRISTIAN KNEPPER

Algumas polêmicas em torno de Belo Monte

	O que dizem os críticos	O que dizem governo e empreendedor
Energia gerada	O investimento é muito alto para uma usina que, no período mais severo de estiagem, gerará uma energia firme de apenas 1.800 MW.	A usina foi planejada para gerar no pico cerca de 11.000 MW e, como energia firme média, cerca de 4.000 MW.
Complexo Hidrelétrico	A usina abrirá as portas para um complexo de barragens, única forma de garantir a vazão necessária para as turbinas o ano todo.	Em 2008, o Conselho Nacional de Política Energética disse que, no Xingu, só iria fazer Belo Monte.
Destino da energia	A energia beneficiará, fundamentalmente, o setor de mineração, acusado de gerar mais empregos no exterior, já que exporta produtos primários.	O mercado cativo e as distribuidoras ficarão com 70% da energia, 10% ficarão com o produtor e 20% vão para o mercado. As indústrias não receberão energia subsidiada.
Inundação de 12 bairros de Altamira	Cemitérios, sedes de associações e espaços de lazer e cultura de mais de 20 mil famílias ficarão submersos.	As famílias serão reassentadas em novos bairros, com toda infraestrutura urbana e saneamento necessários.
Populações indígenas	A mudança de vazão na área da Volta Grande do Xingu vai alterar os modos de vida das 24 etnias da bacia, fortemente ligadas à inundação sazonal.	O hidrograma proposto pelo EIA contempla as condições adequadas para a manutenção do modo de vida das etnias que vivem na área da Volta Grande.
Geração de empregos	A construção, por si só, não garante desenvolvimento local, Altamira já está inchando e não haverá emprego para todos.	A Nesa instalou balcões de atendimento em Altamira e Vitória do Xingu e cadastrou até 1º de junho 13.713 pessoas, entre as quais apenas 274 eram de fora. A expectativa é de que os trabalhos comecem com 5 mil pessoas, e que se atinjam 18 mil no pico das obras.

Um jornal a serviço do progresso

Segunda-feira, idos da década de 1970 - Cr$ 3,00 – Ano 45 – Nº 16.425

Diário do

Transamazônica promete incorporar metade do território à economia nacional

A Rodovia Transamazônica, que ligará as regiões Norte e Nordeste do Brasil, não é um mero projeto de transporte, mas uma obra econômica com implicações sociais imensas, nas palavras do ministro da Fazenda, Delfim Netto. Em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, em 30 de junho de 1970, ele afirmou que a rodovia vai facilitar a incorporação de metade do território brasileiro à economia nacional ao interligar cidades entre os estados da Paraíba e do Amazonas. "É uma obra que vai dar a cada brasileiro uma parcela extremamente grande de novo patrimônio", disse.

A obra, projetada pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, faz parte do Plano de Integração Nacional, que tem entre os objetivos povoar a Região Amazônica. Um de seus slogans é "levar homens sem terra à terra sem homens".

Para Delfim Netto, a Transamazônica vai construir uma rede de "irrigação econômica" em todo o Nordeste. "É um projeto de reforma agrária. É um projeto de incorporação de riquezas minerais à economia nacional", disse. **Nacional / Pág. A4**

A rod
irá li
do B
de tr
nôm
ime
da F
entr
Pau
afir
a i
do
na
en
A
da
ex
pa
A
ir
d
d
n
i

Para engenheiro, Tucuruí revolucionará a Região Norte

A construção da usina hidrelétrica no município de Tucuruí (PA) vai levar energia elétrica para cidades como Santarém, Altamira, São Luís, Carolina, além de outras no estado de Goiás. Isso vai revolucionar a Região Norte do Brasil, de acordo com o engenheiro Hirose Yamamoto, do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). O órgão é responsável pelo gerenciamento dos recursos hídricos do Estado de São Paulo.

"Todos sabem a revolução que a energia elétrica provoca aonde chega. Uma central hidrelétrica desse porte no local apontado criará condições para o nascimento de um grande pólo no Norte brasileiro", disse em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo* em 1º de fevereiro de 1972. **Nacional/ Pág. A11**

Com Carajás, Banco Mundial vê melhora da distribuição de renda

Em visita ao Brasil, em novembro de 1979, o presidente do Banco Mundial, Robert McNamara, afirmou a importância de Programa Grande Carajás, de exploração de minérios no Norte brasileiro, como ferro, ouro, estanho, bauxita (alumínio), manganês, níquel e cobre. "Tudo é econômico. Carajás, com seus 18 bilhões de toneladas de minério de ferro de alto teor, deverá melhorar a produtividade brasileira em termos de renda e, consequentemente, a sua distribuição." **Economia/ Pág. B2**

Há 30 anos

AMAZÔNIA: de "Inferno Verde" a "Terra da Promissão"

O governo de Getulio Vargas já antevia. Há 30 anos, começou a publicar uma cartilha com os dizeres: "A Amazônia é o pedaço do Brasil que não é mais o Inferno Verde, mas, atualmente, a Terra da Promissão". O material publicitário era distribuído entre nordestinos interessados no trabalho de extração de borracha nas florestas da Amazônia.



O Cruzeiro

Um jornal a serviço do crescimento

Segunda-feira, início do século XXI – R$ 3,00 – Ano 71 – Nº 25.915

do Brasil

, empresa
strução da
lo Monte,
á afirmou,
divulgada
011, que a
nto a toda
nfluência,
ltamira as
centenas
tadinos e
mílias que
jeitas aos
amentos,
e outros
enciais".
irma que
segue os
abilidade
a de sus-
de baixo
iental e
e social
E Belo
solução
ar ener-
novável
envolvi-
trecho
a nota.
mpresa
ação da
olução,
irmou,
ulgada
, que a
a toda
ência,
ira as
tenas
inos e
s que
s aos
ntos,

BR-319 será exemplo de ligação entre povos, afirma ministro

Em um vídeo produzido pela da rede BBC Brasil, em dezembro de 2009, o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, declarou que a recuperação da BR-319 significa garantir um direito constitucional: o de ir e vir. "Essa ligação é o direito que a população que mora no Amazonas tem de chegar ao resto do país", afirmou o ministro A rodovia interliga a capital Manaus a Porto Velho, em Rondônia. Inaugurada em 1973, teve obras de recuperação iniciadas pelo governo em 2008.

"A BR-319 será, não tenho dúvida, um exemplo piloto para que se faça, a partir de agora, em toda Região Amazônica, qualquer ligação entre povos", disse Nascimento. **Nacional / Pág. 5**

Usinas de Jirau e Santo Antônio levarão desenvolvimento a estados amazônicos, diz ex-governador

A construção do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira é uma "forma de baratear a energia e gerar desenvolvimento para os Estados da Região Amazônica", segundo Jorge Viana, presidente do Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Acre e ex-governador do estado.

Segundo reportagem do jornal *O Rio Branco*, de 12 de dezembro de 2007, Viana defendeu a participação do Acre nas Usinas de Jirau e Santo Antônio, porque o governo do Estado estaria tendo um prejuízo de R$ 48 milhões em ICMS gasto pela energia gerada de fora do Acre. "Eu acho que a participação do Acre e Rondônia no projeto seria uma maneira de a gente ter um ganho para o resto da vida", declarou. **Economia / Pág. B3**

Com usinas na Amazônia, Lobão assegura oferta de energia no País

"Não teremos mais dificuldades de energia elétrica neste país. Nem agora, nem amanhã, nem nunca", garantiu o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, em 19 de maio de 2008. Na ocasião, ele abordava a necessidade de acelerar a construção das usinas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio, todas na Região Norte do Brasil. **Nacional / Pág. A12**

Belo Monte: empreendedor acena com melhora de vida para a população

A Norte Energia S.A., empresa responsável pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará, afirmou, por meio de nota divulgada em 7 de abril de 2011, que a usina "levará desenvolvimento a toda a região de sua área de influência, melhorando em Altamira as condições de vida de centenas de famílias indígenas, de citadinos e de cerca de 5.000 famílias que vivem em palafitas, sujeitas aos ciclos anuais de alagamentos, sem saneamento básico e outros serviços essenciais".

A nota também afirma que o projeto é moderno e segue os princípios de viabilidade técnica e econômica, de sustentabilidade, de baixo impacto socioambiental e é de grande alcance social para a região. "A UHE de Belo Monte é também a solução encontrada para gerar energia limpa e renovável necessária ao desenvolvimento do Brasil", diz trecho da nota. **Economia / Pág. B7**

[COLUNA]

O fim da noite

Excesso de luz artificial também é poluição, que afeta a saúde humana, a biodiversidade, a pesquisa científica – e o singelo prazer de ver as estrelas

POR REGINA SCHARF*



A escuridão – o breu total essencial à observação das estrelas e ao bem-estar de humanos e animais – poderá desaparecer de nossas vidas ao longo deste século. Mais de dois terços dos americanos já não conseguem enxergar a Via Láctea. E, segundo um estudo global promovido pela Universidade de Pádua, na Itália, se a poluição luminosa continuar a se expandir no ritmo atual, em 2025 as estrelas praticamente terão desaparecido do campo de visão nos céus dos EUA – com exceção, talvez, de áreas mais remotas do Havaí e do Alasca.

A Grã-Bretanha corre risco semelhante. No início deste ano, 2 mil britânicos postaram-se ao ar livre no meio da noite, em diversos pontos do país, para ver quantas estrelas de Órion conseguiriam avistar. A constelação tem mais de 80 estrelas de diferentes magnitudes, inclusive as chamadas Três Marias. Apenas 1% dos observadores conseguiu avistar mais de 30 estrelas, enquanto 59% enxergaram menos de 10 astros. "É como um véu de luz que está sendo colocado sobre o céu noturno", declarou Bob Mizon, coordenador da Campaign for Dark Skies (CfDS), que promoveu esse exercício de mapeamento celeste. "Muitas crianças nunca verão a glória inimaginável de bilhões de estrelas visíveis brilhando sobre elas."

Astrônomos foram dos primeiros a acusar o baque. Cientistas do Observatório de Fred Lawrence Whipple, no estado americano do Arizona, não têm conseguido trabalhar por causa da expansão do sistema de iluminação usado para coibir o tráfico de drogas e o fluxo ilegal de imigrantes na fronteira com o México. Eles declararam recentemente ao jornal *The New York Times* que os holofotes dos helicópteros da polícia estão interferindo no trabalho de seus quatro gigantescos telescópios. O observatório foi inaugurado, nos anos 60, em uma área escolhida a dedo por ser quase deserta e sem nuvens, ideal para a prática da astronomia. Depois disso, a região viu a expansão de condomínios e shopping centers que tiraram a tranquilidade dos pesquisadores.

A perda do brilho das estrelas é a consequência mais visível da poluição luminosa – mas a lista dos seus impactos é extensa. A começar pela sua capacidade de perturbar a vida animal. Muitas espécies de hábitos noturnos têm sua vida transtornada pelo excesso de exposição à luz artificial. A luminosidade não permite que elas cacem, que se reproduzam ou se escondam de predadores. Tartarugas que põem seus ovos em praias desertas ficam intimidadas quando a costa está iluminada. Além disso, quando os seus ovos eclodem, os filhotes buscam o oceano iluminado pela Lua. Quando a praia também está iluminada, eles não sabem ao certo para onde ir e acabam morrendo, desnorteados.

Num outro exemplo, insetos atraídos por luminárias de rua são alvo fácil de morcegos e pássaros. Também há estudos que mostram como o excesso de luz artificial muda os hábitos dos gansos da Sibéria, que migram durante o inverno para a Inglaterra. Eles passaram a ganhar peso mais rápido que de costume, o que acelera o seu retorno à Rússia. O problema é que, ao chegar ao seu ponto de origem, não encontram a temperatura ideal para a sua reprodução, o que compromete a conservação da espécie.

Os impactos da poluição luminosa sobre a nossa própria espécie também são conhecidos pela ciência. Estresse, fadiga e ansiedade já foram associados a ambientes excessivamente iluminados. Alguns estudos sugerem, até mesmo, que enfermeiras que trocam o dia pela noite não conseguem manter o seu ritmo normal de produção do hormônio melatonina, e isso poderia ampliar o risco de incidência de câncer de mama. Há dois anos a associação médica dos Estados Unidos anunciou que começaria a trabalhar pela minimização da exposição excessiva à luz.

São impactos relativamente fáceis de minimizar. A poluição luminosa é produto do mau design e da falta de planejamento. Bastaria adotar soluções simples, como a redução da potência das luminárias a céu aberto e o desenvolvimento de modelos que projetassem a luz exclusivamente para baixo, com uma barreira física que evitasse perdas na direção do céu.

Melhorar a iluminação dos espaços públicos é uma das principais bandeiras das poucas organizações não governamentais que trabalham com esse tema. Uma das mais ativas, a International Dark-Sky Association (darksky.org) dá seu aval a luminárias de baixo impacto e localidades excepcionalmente escuras. Entre estas, há várias Unidades de Conservação, como o Galloway Forest Park, na Escócia, e a Área de Proteção de Zselic, na Hungria. Nos Estados Unidos, diversos parques nacionais treinaram guarda-parques para utilizarem telescópios e coordenarem tours com enfoque astronômico. Seus dirigentes perceberam que o céu estrelado é um bem tão ameaçado quanto a águia-careca ou o leão da montanha.

* JORNALISTA ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE

Programa Brasileiro GHG Protocol

Evento Anual do Programa Brasileiro GHG Protocol

O Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (GVces) convida para o **Evento Anual do Programa Brasileiro GHG Protocol de 2011**. Na ocasião serão apresentados os principais resultados do Programa que, desde 2008, vem promovendo no país a cultura corporativa de elaboração e publicação de inventários de emissões de gases de efeito estufa (GEE).

Evento Anual do Programa Brasileiro GHG Protocol
São Paulo, 10 de agosto de 2011

8h30 – 9h00	
Welcome coffee	
9h00 – 9h10	
Abertura	**Mario Monzoni** *Coordenador, Centro de Estudos de Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (GVces)*
9h10 – 9h50	
Resultados dos inventários corporativos de emissões de GEE de 2010 e lançamento da área pública do Registro Público de Emissões	**Beatriz Kiss** *Pesquisadora, Programa Brasileiro GHG Protocol*
9h50 – 10h10	
Lançamento das Especificações de Verificação do Programa Brasileiro GHG Protocol	**Natalia Lutti** *Pesquisadora, Programa Brasileiro GHG Protocol*
10h10 – 11h50	
Mesa Redonda: Mensuração e publicação de inventários corporativos de GEE	**Pankaj Bhatia** *Diretor, GHG Protocol Initiative (World Resources Institute - WRI)* **Robyn Camp** *Vice-Presidente Executiva, The Climate Registry - TCR* **Eduardo Assad** *(a confirmar)* *Secretário Nacional de Mudanças Climáticas (Ministério do Meio Ambiente)* **João Alziro** *(a confirmar)* *Presidente, Initerra* **Bárbara Oliveira (mediadora)** *Coordenadora, Programa de Sustentabilidade Global (GVces)*
11h50 – 12h20	
Lançamento da publicação "Jogo do Clima"	**Carlos Rossin** *Diretor, PwC Brasil* **Roberto Strumpf** *Coordenador técnico, Programa de Sustentabilidade Global (GVces)*
12h20 – 12h30	
Encerramento	**Mario Monzoni** *Coordenador, GVces*

O Evento deste ano celebra os **3 anos de atuação do Programa no Brasil** com a divulgação dos resultados dos inventários corporativos de 2010, além do lançamento da área pública do Registro Público de Emissões de GEE e das Especificações de Verificação do Programa Brasileiro GHG Protocol. Serão reunidas lideranças nacionais e internacionais dos setores privado e público, bem como especialistas no tema das mudanças climáticas.

Também será lançada a publicação "Jogo do Clima" desenvolvida em parceria entre a PwC Brasil e o GVces, que mostra a importância do uso do inventário como uma ferramenta de gestão estratégica para empresas que buscam se adequar a uma economia de baixo carbono.

Evento Anual Programa Brasileiro GHG Protocol
Data: 10 de agosto de 2011
Horário: das 8h30 às 12h30
Local: Auditório da Fundação Getulio Vargas
Av. Nove de Julho, 2029 - São Paulo – SP

Informações adicionais sobre o Programa Brasileiro GHG Protocol:
www.fgv.br/ces/ghg/
Contato: *eventos.ces@fgv.br.*

Programa Brasileiro GHG Protocol | www.fgv.br/ces/ghg









Vira **virou**

Cerca de 20 artistas garimparam móveis e objetos usados e os revestiram de criatividade. Mais que transformá-los em totens para sinalizar as atrações da Virada Sustentável, realizada em São Paulo em junho, a ideia foi agregar valor artístico e destinar a renda obtida com o leilão das obras (marcado para o início de julho) à Casa André Luiz, fundação que ampara cerca de 1.800 crianças com paralisia cerebral. Nada escapou: geladeira, capota de carro, porta de armário, carteira escolar. O movimento da virada indica que o espírito não é de dar um fim ou uma finalidade às coisas, mas, sim, de alimentar os círculos. **POR AMÁLIA SAFATLE**



TÃO IMPORTANTE QUANTO SABER FAZER UM PNEU É SABER DESFAZER UM PNEU.

É com esse pensamento que a Goodyear há 13 anos trabalha como associada da ANIP (Associação Nacional das Indústrias Pneumáticas), com o objetivo de dar destinação correta aos pneus sem condições de uso. Em 2007, em decisão conjunta com a ANIP, foi fundada a Reciclanip, uma entidade sem fins lucrativos, para cuidar exclusivamente das ações de coleta e reciclagem de pneus. E assim mais de 1,2 milhão de toneladas de pneus já foram transformados em asfalto ecológico, solas de sapato, tapetes de carro, combustível para fornos de cimenteiras, entre outros novos reúsos. Esse é apenas um dos esforços da Goodyear na busca por produtos, processos e relacionamentos cada vez mais sustentáveis.

A Goodyear acredita que todo pneu pode rodar mais.

Faça revisões em seu veículo regularmente.

GOODYEAR
Viva Nas Asas Da Goodyear

Pode se orgulhar, o banco mais sustentável do mundo é brasileiro_:-)

Itaú. Eleito o banco mais sustentável do mundo segundo o Financial Times e o IFC.



Itaú. Feito para você :-)

Itaú